

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

LIDIANE PARRON GONÇALVES

PROCESSO DE IMPORTAÇÃO VOLTADO À PESQUISA CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: DIAGNÓSTICO E PROPOSIÇÕES

DOURADOS - MS

2016

LIDIANE PARRON GONÇALVES

PROCESSO DE IMPORTAÇÃO VOLTADO À PESQUISA CIENTÍFICA E
TECNOLÓGICA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: DIAGNÓSTICO E PROPOSIÇÕES

Trabalho de Conclusão Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP – realizado na Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito à obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Erlaine Binotto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

G635p Goncalves, Lidiane Parron
 Processo de importação voltado à pesquisa científica e tecnológica nas
 universidades federais: diagnóstico e proposições / Lidiane Parron Goncalves --
 Dourados: UFGD, 2016.
 88f. : il. ; 30 cm.

 Orientador: Erlaine Binotto

 Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Faculdade de
 Administração, Ciências Contábeis e Economia, Universidade Federal da
 Grande Dourados.

 Inclui bibliografia

 1. Administração pública. 2. Importação. 3. Universidades federais. 4.
 Pesquisa científica e tecnológica. 5. Lei nº 8.010/1990. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

Trabalho de Conclusão Final intitulado PROCESSO DE IMPORTAÇÃO VOLTADO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: DIAGNÓSTICO E PROPOSIÇÕES, apresentado por LIDIANE PARRON GONÇALVES, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública, à banca examinadora, no Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP – Universidade Federal da Grande Dourados.

Dourados-MS, ____ de _____ de 2016.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA:

PROF^a. DR^a. ERLAINE BINOTTO, Professora UFGD
Orientadora

PROF^a. DR^a VERA LUCI DE ALMEIDA, Professora UFGD
Examinador Interno

PROF. DR. DARIO DE OLIVEIRA LIMA FILHO, Professor UFMS
Examinador Externo

VANDER SOARES MATOSO
Técnico Administrativo

AGRADECIMENTOS

O segredo é ter fé em Deus!!

E assim tem início este agradecimento, ao Deus do impossível, aquele que vai abrindo os caminhos, aquele que cura, transforma e vai dando força no meio das tempestades.

À minha orientadora professora Erlaine Binotto, por ter acreditado em mim nesta caminhada, ter me incentivado e até mesmo pela paciência nos momentos em que achava que não teria condições em continuar.

Aos docentes do Mestrado Profissional em Administração Pública da UFGD, em especial à professora Vera Luci de Almeida, pelas contribuições valiosas feitas neste trabalho, bem como aos servidores lotados na secretaria do curso.

Ao professor Dario pelas contribuições feitas neste trabalho e pela participação para compor a banca.

Ao coordenador Vander Matoso, por ter sido uma excelente chefia no período em que estive lotada na Seção de Importação/UFGD, seja tanto no sentido profissional quanto humano.

À minha saudosa e amada mãe Aparecida Maria *in memoriam*, meu exemplo de mulher, dedicação, integridade, honestidade, perseverança e amor.

Ao meu pai Luiz, pelo apoio, preocupação e amor sempre dispensados.

Ao meu irmão Anderson e cunhada Stella, por serem meu suporte quando mais precisei.

Aos meus familiares Parron e Gonçalves, em especial às minhas tias amadas (Tereza, Irandir e Silvinha) e também minha madrastra Laura que são verdadeiras mães em minha vida, por me apoiarem em todos os momentos, me fortalecerem na fé e serem minha base incondicional nesta caminhada.

Às minhas amigas, em especial Patricia, Meire, Christiane e Angelina, verdadeiras irmãs em minha vida, pelo apoio, amizade e preocupação de sempre.

Assim, expresso e dedico essa vitória de conclusão do Mestrado Profissional em Administração Pública na UFGD, uma verdadeira vitória!!

“Entrega o teu caminho ao Senhor; confia nele, e ele tudo fará”

Salmos 37:5

RESUMO

Em um contexto em que o papel das universidades federais brasileiras tem cada vez mais relevância na produção de conhecimento científico, possuir uma infraestrutura com acesso à tecnologia é condição necessária e até mesmo determinante para o desenvolvimento de pesquisas, principalmente em áreas específicas. A Lei nº 8.010/1990 beneficia com isenções fiscais aquisições de importados destinados à pesquisa científica e tecnológica. O objetivo deste trabalho é analisar o processo de importação destinado à pesquisa científica e tecnológica realizado nas universidades federais. A metodologia utilizada é quantitativa descritiva. Foi feito contato com as 63 universidades federais no país, 48 instituições aceitaram participar, sendo que destas 35 realizam importação e 13 não. A coleta de dados com as universidades que importam foi realizada a partir de envio de questionário semiestruturado, de forma que fosse mapeado o processo. A abordagem com as universidades que não importam foi para identificar o motivo de não realizarem o processo. Foi também realizada pesquisa documental. Como resultados tem-se a carência de publicações sobre a temática; as principais universidades federais que importam possuem o maior número de programas de pós-graduação; o fator qualificação da mão de obra exerce forte influência na realização do processo; o tempo que a universidade realiza importação não necessariamente determina que o processo seja institucionalizado de fato; modalidade de pagamento adotada e margem para variação cambial são pontos de atenção. Como contribuição espera-se que este trabalho seja uma oportunidade para aprimoramento do processo de importação realizado pelas IES e outras instituições públicas.

Palavras-chave: Administração Pública; importação; universidades federais; pesquisa científica e tecnológica; Lei nº 8.010/1990.

ABSTRACT

In a context in which the role of Brazilian federal universities is increasingly important in the production of scientific knowledge, has a technology access to infrastructure is a necessary condition and even decisive for the development of research, especially in specific areas. Law nº 8.010/1990 benefits from tax exemptions purchases of imported for scientific and technological research. The objective of this study is to analyze the import process for the scientific and technological research conducted in federal universities. The methodology used is quantitative descriptive. Has made contact with the 63 federal universities in the country, 48 institutions agreed to participate, and of these 35 perform import and 13 not. Data collection with universities that matter was held from sending semi-structured questionnaire, so that was mapped the process. The approach with universities that do not matter was to identify the reason for not carrying out the process. documentary research was also carried out. As a result there is the lack of publications on the subject; the main federal universities that matter have the highest number of graduate programs; the qualifying factor of labor has a strong influence on the realization of the process; the time that the university carries out import does not necessarily determine the process to be institutionalized in fact; mode of payment adopted and scope for exchange rate are points of attention. As a contribution is expected that this work is an opportunity to improve the import process carried out by IES and other public institutions.

Keywords: Public Administration; import; federal universities; scientific and technological research; Law nº 8.010/1990.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dispêndios nacionais em P&D 2000 – 2013 (em bilhões de US\$ correntes de paridade de poder de compra - PPC)	25
Tabela 2: Distribuição percentual dos dispêndios nacionais em P&D conforme setor de financiamento, 2000-2013	27
Tabela 3: Investimento do CNPq no Fomento à Pesquisa nas principais Universidades Federais (R\$ mil correntes) – 2001 a 2012	45
Tabela 4: Interação com outras universidades federais sobre o processo de importação	60
Tabela 5: Principais dificuldades citadas sobre o processo de importação realizado pelas universidades federais	62
Tabela 6: Principais sugestões citadas sobre o processo de importação realizado pelas universidades federais	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Dispendios nacionais em P&D 2000 – 2013 (em bilhões de US\$ correntes de paridade de poder de compra - PPC)	26
Gráfico 2: Evolução produção científicas dos pesquisadores doutores segundo grande área – Média Quadrienal da Produção Científica dos Pesquisadores Doutores - Censos 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010	28
Gráfico 3: Faixa de Valor Importado Universidades Federais por Regiões – 2014 e 2015	39
Gráfico 4: Período de Credenciamento no MEC - Universidades Federais no Brasil (por Região) – 2014 e 2015	41
Gráfico 5: Ano de Credenciamento no MEC das Universidades Federais que não realizaram importação nos anos de 2014 e 2015	42
Gráfico 6: Valor Importado Universidades Federais Brasileiras – 2014 e 2015	44
Gráfico 7: Evolução Investimentos CNPq no Fomento à Pesquisa nas Universidades Federais – por Regiões (em R\$ mil correntes) – Ano de 2001 a 2012	46
Gráfico 8: Quantidade de Servidores Suficiente para Atendimento da Demanda no Departamento de Importação e Faixa de Valor Importado (ano de 2015)	50
Gráfico 9: Grau Máximo da Atividade de Importação no Organograma da Universidade Federal por Funcionários na Área de Importação por Universidade Federal.....	52
Gráfico 10: Faixa de Valor Importado no ano de 2015 por Tempo que Universidade Federal Realiza Importação	54
Gráfico 11: Faixa de Valor Importado em 2015 por Contratação Despachante Aduaneiro	55
Gráfico 12: Modalidade de Pagamento Adotada na Aquisição de Importado por Tempo que Universidade Federal Realiza Importação	56
Gráfico 13: Adoção de Margem de Variação Cambial por Tempo que Universidade Federal Realiza Importação	57
Gráfico 14: Realização de Comparativo de Compra no Mercado Nacional e Internacional por Tempo de Realização Importação por Universidade Federal	59

Gráfico 15: Existência de Normatização/Manual sobre o Processo de Importação devidamente Institucionalizado por Tempo de Realização de Importação por Universidade Federal 61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Faixa de Valor Importado em 2014 e 2015, Data de Credenciamento MEC e Quantidade de Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> por Universidade Federal	37
Quadro 2: Principais Universidades Federais que realizam importação no Brasil (por região) com faixa de valor importado (2014 e 2015), data de credenciamento no MEC e programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	42
Quadro 3: Panorama sobre as Universidades Federais que não realizam Importação	47
Quadro 4: Panorama Perfil dos Funcionários no Processo de Importação nas Universidades Federais	48
Quadro 5: Panorama Caracterização Processo de Importação nas Universidades Federais ...	49
Quadro 6: Número de funcionários na área de importação nas universidades federais	50
Quadro 7: <i>Incoterms</i> – grupamentos e conceitos	58
Quadro 8: Caracterização Processo de Importação nas Universidades Federais a partir da Análise SWOT	64
Quadro 9: Proposições por pessoas, estruturas e processos	70

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxograma Processo de Importação para Pesquisa Científica e Tecnológica 69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANVISA - Agência de Vigilância Sanitária

CAMEX - Câmara de Comércio Exterior

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CFR – *Cost and Freight*

CIF – *Cost, Insurance and Freight*

CIP – *Carriage and Insurance Paid to*

CMN - Conselho Monetário Nacional

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPT – *Carriage Paid to*

DAP – *Delivered at Place*

DOU – Diário Oficial da União

ESAF - Escola de Administração Fazendária

EXW – *Ex Works*

FAPs - Fundações de Amparo à Pesquisa

FAPESP - Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo

FCA – *Free Carrier*

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

FOB – *Free on Board*

FURG - Universidade Federal do Rio Grande

HU – Hospital Universitário

ICT - Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação

IES – Instituições de Ensino Superior

Incoterm - International Commercial Terms / Termos Internacionais de Comércio

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MCTI - Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MEC –Ministério da Educação

MRE - Ministério das Relações Exteriores

NCM - Nomenclatura Comum do Mercosul
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
SECEX - Secretaria de Comércio Exterior
Siscomex - Sistema Integrado de Comércio Exterior
SRF - Secretaria da Receita Federal do Brasil
UFABC - Fundação Universidade Federal do ABC
UFAC - Universidade Federal do Acre
UFAL - Universidade Federal de Alagoas
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFC - Universidade Federal do Ceará
UFCA - Universidade Federal do Cariri
UFCEG - Universidade Federal de Campina Grande
UFCSPA - Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul
UFG - Universidade Federal de Goiás
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA - Universidade Federal de Lavras
UFMA - Universidade Federal do Maranhão
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso
UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto
UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará

UFPA - Universidade Federal do Pará
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL - Universidade Federal de Pelotas
UFPI - Universidade Federal do Piauí
UFPR - Universidade Federal do Paraná
UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRR - Universidade Federal de Roraima
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos
UFSE - Universidade Federal de Sergipe
UFSJ - Universidade Federal de São João Del Rei
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
UFT - Universidade Federal do Tocantins
UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU - Universidade Federal de Uberlândia
UFV - Universidade Federal de Viçosa
UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNB - Universidade de Brasília
UNIFAL - Universidade Federal de Alfenas
UNIFAP - Universidade Federal do Amapá
UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá
UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

UNIPAMPA - Universidade Federal de Pampa

UNIR - Universidade Federal de Rondônia

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Objetivos	19
1.1.1 Objetivo Geral	19
1.1.2 Objetivos Específicos	19
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
3 CONTEXTO DA REALIDADE INVESTIGADA E ABORDAGENS TEÓRICO CIENTÍFICAS.....	23
3.1 Instituições de Ensino Superior: Universidades Federais	23
3.2 Pesquisa Científica e Tecnológica	23
3.3 Processo de Importação Destinado à Pesquisa Científica e Tecnológica	29
3.4 Mapeamento de Processos	32
4 RESULTADOS E PROPOSIÇÕES SOBRE O PROCESSO DE IMPORTAÇÃO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS	35
4.1 Estado da Arte: Importação nas Universidades Federais	35
4.2 A Pesquisa e o Contexto da Importação nas Instituições	36
4.3 Diagnóstico sobre o Processo de Importação nas Universidades Federais	46
4.4 Proposições sobre o Processo de Importação nas Universidades Federais.....	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
APÊNDICES	78
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	79
ANEXOS	84
ANEXO I - Média quadrienal da produção científica dos pesquisadores doutores segundo grande área - Censos 2002, 2004, 2006, 2008, 2010	85
ANEXO II - Investimento do CNPq no Fomento à Pesquisa nas Universidades Federais – 2001 a 2012	86

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, o conhecimento aplicado divide os povos entre ricos e pobres (CONTINI; SÉCHET, 2005). Nesse sentido, possuir tal conhecimento pode gerar diversas implicações, tais como: vantagem competitiva, influência e até mesmo relações de poder entre os países.

Corroborando a exposição realizada no Fórum de Reflexão Universitária (2002) em que destaca a pesquisa como essencial no enfrentamento dos problemas do século XXI, em todos os campos de atuação.

Neste contexto, o papel das Instituições de Ensino Superior – IES, especificamente as públicas e credenciadas como universidades, objeto deste estudo, representam um forte campo de produção e desenvolvimento do conhecimento. De acordo com o Fórum de Reflexão Universitária (2002), da universidade espera-se, sobretudo, que forme profissionais e pesquisadores bem preparados e com sólidos valores éticos e de cidadania e que gere conhecimento voltado à solução de problemas relevantes para a humanidade e para a sociedade que a financia.

Assim, algumas condições são necessárias e até mesmo determinantes para se obter êxito no desenvolvimento de pesquisas científicas, seja investimento em recursos humanos (bolsas de estudo para formação e capacitação), como em infraestrutura (laboratórios, equipamentos e insumos), que é o foco deste estudo.

Chiarini e Vieira (2012) relatam que as principais áreas de conhecimento em que o Brasil aloca recursos financeiros para pesquisa científica são ciências biológicas e engenharia, acrescentam que essas áreas vão de encontro às definições da Política Tecnológica do país, no que diz respeito aos setores estratégicos de desenvolvimento.

Desta forma, é interessante destacar os benefícios concedidos pela Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, especificamente para áreas que demandam investimento em infraestrutura, a qual beneficia com isenções fiscais as compras de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários, destinados à pesquisa científica e tecnológica.

Nesse sentido, o processo de importação realizado pelas universidades federais pode ser considerado a partir de uma dimensão estratégica, pois possibilita ao pesquisador acesso à infraestrutura/tecnologia necessária ao desenvolvimento das pesquisas científicas e tecnológicas pretendidas.

O despertar desta autora pela abordagem em análise é devido ser servidora pública federal, técnica administrativa em educação, e no período de escolha do tema para o trabalho de conclusão final do mestrado profissional em administração pública, estar exercendo as atividades na área de importação na Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

Desta forma, atuando e tendo experiência na área, foi possível identificar que apesar de haver duas finalidades principais para aquisição de importados, no caso para fins de pesquisa científica e tecnológica (Lei nº 8.010/1990) e ensino (Lei nº 8.032/1990), é no primeiro caso que há maior destaque de importação realizado pelas universidades federais brasileiras, daí a delimitação desta temática. Ademais, chama a atenção a baixa incidência de estudos sobre o tema abordado, além de pontos peculiares que expressam o desafio envolvido na execução do processo.

No que tange à importação de mercadorias destinadas à pesquisa científica, existem iniciativas que visam simplificar e estimular este processo, contudo observa-se que na prática o profissional que atua diretamente nesta área ainda encontra diversos entraves. O estudo de Almeida *et al.* (2013) tipifica esta situação, diz respeito ao processo de importação de equipamentos para pesquisa no Brasil, sendo diagnosticada certa morosidade, especialmente a entraves de ordem legal, burocrática e gerencial.

Outro aspecto abordado neste estudo diz respeito à relação entre as universidades federais que mais importam no país e a quantidade de programas de pós-graduação *stricto sensu* que estas instituições possuem, isto é, em modalidades de programas que justamente visam favorecer a pesquisa e estimular o desenvolvimento do conhecimento científico.

A partir de levantamento nas bases de dados Scopus, Web of Science e Scielo, não foram identificados estudos similares a este, apontando, de tal modo, carência de publicações, especificamente sobre o processo de importação realizado pelas universidades federais brasileiras.

Destarte, considerando o papel das universidades no desenvolvimento do conhecimento científico e a possibilidade de acesso à infraestrutura adequada destinada à pesquisa científica e tecnológica (conforme Lei 8.010/1990); a principal situação-problema verificada foi uma lacuna e carência de publicações no que diz respeito à caracterização do processo de importação realizado pelas universidades federais.

Justifica-se o estudo tendo em vista a importância do papel destas instituições em relação ao desenvolvimento do conhecimento científico, através de pesquisas científicas,

sendo que, principalmente em áreas específicas, tem-se como condição determinante para sua realização, possuir uma infraestrutura adequada.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar o processo de importação destinado à pesquisa científica e tecnológica realizado nas universidades federais.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar o que tem sido publicado sobre a temática;
- Verificar relações existentes entre pesquisa e importação a partir de dados disponíveis em sites governamentais;
- Mapear aspectos relacionados ao processo de aquisição de produtos importados nas universidades federais, utilizando análise SWOT e fluxograma do processo;
- Indicar proposições que possibilitem gerar melhorias no processo de importação realizado pelas universidades federais.

O trabalho é estruturado como segue: Introdução com apresentação e com delimitação da temática, incluindo a justificativa, objetivo geral e específicos; capítulo 2 exposição dos procedimentos metodológicos adotados; capítulo 3 com o contexto da realidade investigada, (contextualização sobre as universidades federais brasileiras) e abordagens teórico-científicas (Pesquisa Científica e Tecnológica; Processo de Importação Destinado à Pesquisa Científica e Tecnológica; e Mapeamento de Processos); capítulo 4 apresenta os resultados do trabalho, com o diagnóstico e as proposições sobre o processo de importação nas universidades federais; logo após as considerações finais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada neste estudo foi através de pesquisa quantitativa descritiva. Ao trabalhar com técnicas quantitativas busca-se analisar o comportamento das variáveis individualmente ou na sua relação de associação ou de dependência com outras variáveis (SANTOS, 2009).

Como forma de contemplar um levantamento da temática abordada neste estudo, foi pesquisado nas principais bases de dados, em 13 de janeiro de 2016, de forma que abrangesse tanto estudos nacionais quanto internacionais. Assim, foram escolhidas as bases de dados Scopus, Web of Science (WoS) e Scielo por questões de representatividade no campo de estudo.

Posteriormente, para compreender as relações existentes no processo de importação, utilizou-se da pesquisa documental, no período de janeiro/2016 a março/2016. Nesta, a análise do contexto das universidades federais brasileiras utilizou informações disponibilizadas tanto na página eletrônica dessas instituições, como também: Ministério da Educação - MEC, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação - MCTI e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Na página destas instituições foram obtidas informações como faixa de volume importado, data de credenciamento, quantidade de programas de pós-graduação *stricto-sensu*, investimento realizado pelo CNPq no Fomento à Pesquisa nas principais Universidades Federais, entre outros.

Conforme dados da Capes, os programas de pós-graduação *stricto-sensu* abrangem programas de mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado.

No próximo momento da pesquisa, a partir de dados do MEC, Cadastro e-MEC, foi realizado levantamento de quais são as universidades federais com situação ativa no país. Essa pesquisa foi realizada em julho/2015, obtendo um total de 63 instituições. Sendo a seguinte distribuição por região: Centro-Oeste (5), Nordeste (18), Norte (10), Sudeste (19) e Sul (11).

A pesquisa realizada diretamente com as universidades é composta por dois momentos: inicialmente foi questionado se a instituição realiza o processo de importação, se realiza foi enviado questionário para que fosse mapeado o processo (foram obtidas respostas de 35

universidades); no caso de não realizar importação era questionado qual o motivo (resposta obtida de 13 universidades).

Nesse contexto, 48 instituições (76%) participaram diretamente do presente estudo, as demais não deram retorno ou não demonstraram interesse em contribuir. Assim, o tipo de amostra é não probabilístico, por acessibilidade.

A técnica utilizada para coleta de dados com as universidades que importam foi o uso de questionários, por possibilitar maior alcance do público pretendido, não necessitando da presença do investigador. O questionário foi enviado eletronicamente e é composto por 35 questões fechadas, com número limitado de opções, e duas perguntas abertas, em algumas das perguntas foi utilizada a escala Likert de cinco pontos, conforme Apêndice A.

Para Hair Jr. *et al.* (2005) a escala Likert é uma medida de atitudes ou opiniões usando uma única escala para avaliar a intensidade de concordância ou discordância de indivíduos quanto a determinada afirmação.

As categorias analisadas foram: perfil dos servidores que atuam no departamento de importação; estrutura em que está inserido o departamento; porte do departamento; fatores específicos que caracterizam o processo de importação; principais dificuldades encontradas; proposição de sugestões; como se dá a interação com outras universidades federais; entre outros.

Para validar o questionário enviado às instituições analisadas, foi realizado um pré-teste com dois departamentos de importação de universidades federais, um de pequeno porte e outro de grande porte. Desta maneira, após contribuições para a melhoria, foram feitas novas adequações e submetido o questionário definitivo aos entrevistados.

O levantamento e contato com as universidades foi realizado da seguinte forma: por meio da página eletrônica das instituições buscou-se o endereço de e-mail do setor de importação, ou caso não encontrado, setor de compras ou Pró-Reitoria de Administração.

Posteriormente, com o levantamento do endereço eletrônico da instituição, foi encaminhado e-mail questionando se a universidade de fato realiza o processo de importação, quando confirmado, foi solicitado o e-mail de contato do setor ou servidor responsável; e caso não realizado, foi questionado o motivo. O índice de retorno deste primeiro contato por e-mail foi baixo, não chegando à 20%.

Desta forma, para obter maior número de respostas, foi realizado contato telefônico com as instituições que não deram retorno via e-mail, questionando se era realizada importação na universidade, em caso afirmativo foi solicitado o contato para encaminhar o questionário

semiestruturado eletronicamente (via Google Forms) por e-mail, em caso negativo, foi questionado o motivo pelo qual a universidade não realiza o processo de importação.

Assim, foi encaminhado e-mail com *link* para acesso ao questionário semiestruturado para os servidores que atuam no departamento de importação, para que respondessem sobre o processo em análise.

Os questionários foram respondidos no período de julho/2015 a dezembro/2015. Tendo em vista fatores tais como: dificuldade e/ou impossibilidade no contato, greve, falta de interesse e até mesmo falta de entendimento de alguns servidores em prestar informações, não foi possível contemplar neste estudo 15 (24%) das instituições.

A análise dos dados foi realizada inicialmente com tratamento univariado, através do Microsoft Excel, para se ter uma noção inicial do contexto em que o processo de importação se apresenta. Posteriormente, com a finalidade de aprofundar a análise em subgrupos, propõe-se análise bivariada através do método de tabulação cruzada, por meio do *software* IBM SPSS Statistics.

Tendo em vista que 48 entrevistados responderam ao questionário, e que destes, 35 universidades importam. As respostas que dizem respeito às características do processo de importação e que foram pontuadas de forma divergente entre servidores da mesma instituição, não foram consideradas no cálculo para não comprometer a análise.

Desta maneira, neste estudo foram contempladas de forma indireta todas as 63 instituições (através de pesquisa documental). Por outro lado, de forma direta, através de contato realizado pela pesquisadora, tem-se 48 universidades federais abordadas, sendo que destas 35 realizam o processo de importação e 13 não realizam.

Ainda, como forma de favorecer a visualização e entendimento do mapeamento do processo é apresentado um diagnóstico a partir da análise SWOT e posteriormente um fluxograma. Este foi elaborado com base na coleta de dados dos questionários e na pesquisa documental realizada na página eletrônica das principais universidades federais que importam no país.

Por fim, com base nas informações obtidas neste estudo, são realizadas proposições que visam gerar melhorias no processo em análise.

3 CONTEXTO DA REALIDADE INVESTIGADA E ABORDAGENS TEÓRICO CIENTÍFICAS

Será abordado neste capítulo o contexto da realidade investigada e contempladas as seguintes abordagens teórico-científicas: Pesquisa Científica e Tecnológica; Processo de Importação Destinado à Pesquisa Científica e Tecnológica; e Mapeamento de Processos.

3.1 Instituições de Ensino Superior: Universidades Federais

A dimensão deste estudo, contempla as IES no Brasil, especificamente as públicas e credenciadas como universidades federais, pois estas possuem o requisito da pesquisa institucionalizado, conforme pode ser observado na legislação que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:
I – Produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; (...) (BRASIL, 1996)

No atual contexto, existem 63 universidades federais no país, sendo a seguinte distribuição por região: Centro-Oeste (5), Nordeste (18), Norte (10), Sudeste (19) e Sul (11).

A data de credenciamento destas instituições compreende desde a década de 1910 até universidades que iniciaram suas atividades recentemente, ano de 2013.

No tópico seguinte será apresentado, em linhas gerais, como se dá a pesquisa científica e tecnológica.

3.2 Pesquisa Científica e Tecnológica

No Brasil, a política nacional de pesquisa científica, tecnológica e inovação é competência do MCTI. A Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo regional e nacional do país.

Considerada como o marco legal de ciência, tecnologia e inovação, recentemente foi sancionada a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, a qual dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Esta lei altera diversas leis as quais em seu conjunto objetivam simplificar e assim dar maior agilidade à capacidade brasileira em desenvolver pesquisas científicas, integrando tanto a comunidade científica, governo e setor empresarial.

Para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (2013), a pesquisa e desenvolvimento (P&D) experimental contemplam o trabalho criativo empregado de forma sistemática, com o objetivo de aumentar o volume de conhecimentos, abrangendo tanto o conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, bem como a utilização desses conhecimentos para novas aplicações.

Neste contexto, Rocha Neto (2003) adverte que o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro tem-se dado de forma assimétrica, com maior ênfase na produção de novos conhecimentos no âmbito das instituições de ensino e pesquisa, sem cuidar de seu aproveitamento por parte da sociedade.

A partir de indicadores disponibilizados pelo MCTI, é possível analisar e comparar os gastos nacionais em P&D, conforme exposto na Tabela 1. Nesta tabela, o Brasil e México representam países emergentes. Outro fator que favoreceu a escolha do México nesta análise foi que no ano de 2007 este país eliminou a cobrança de impostos para aquisições de científicos.

Estados Unidos e Japão foram escolhidos pois representam países desenvolvidos, já a China, apesar de ser um país emergente, foi escolhida nesta análise pois verificou-se um forte crescimento nos investimentos em P&D.

Tabela 1: Dispendios nacionais em P&D 2000 – 2013 (em bilhões de US\$ correntes de paridade de poder de compra - PPC)

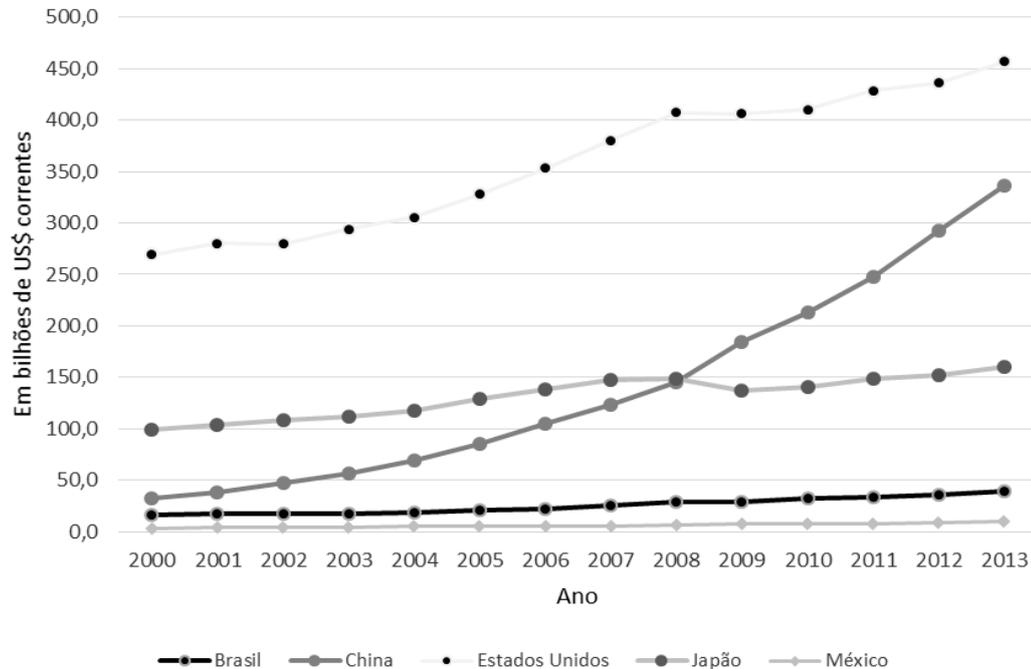
País	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	16,6	17,4	17,3	17,7	18,5	20,5	21,7	25,9	28,9	28,8	32,5	33,9	35,5	39,7
China	32,6	38,1	47,5	56,4	69,3	85,7	104,3	122,9	144,7	184,4	213,0	247,8	293,1	336,5
Estados Unidos	269,5	280,2	279,9	293,9	305,6	328,1	353,3	380,3	407,2	406,4	410,1	428,7	436,1	457,0
Japão	98,8	103,8	108,2	112,2	117,6	128,7	138,6	147,6	148,7	137,0	140,6	148,4	151,8	160,2
México	3,4	3,6	4,2	4,4	4,8	5,3	5,5	5,7	6,6	7	7,9	8,1	8,5	10

Fonte: Pesquisa MCTI (2015)

Desta forma, no que diz respeito ao Brasil e México, é possível observar um investimento muito aquém, comparando-se com a China ou com países tidos como

desenvolvidos, no caso Estados Unidos e Japão, conforme pode ser observada a evolução no Gráfico 1.

Gráfico 1: Dispêndios nacionais em P&D 2000 – 2013 (em bilhões de US\$ correntes de paridade de poder de compra - PPC)



Fonte: Pesquisa MCTI (2015)

Outro ponto que merece destaque é o crescimento vertiginoso neste tipo de investimento realizado na China, com um aumento em mais de 10,3 vezes, no período de 2000 a 2013; em contrapartida, os gastos no Brasil aumentaram 2,4 vezes e no México 2,9 vezes.

Os Estados Unidos teve um aumento de dispêndios em torno de 1,7 vezes e o Japão 1,6 vezes. Contudo, apesar deste aumento ser inferior ao realizado pelo Brasil e México, pode ser justificado pelo patamar superior de valores empregados por aqueles países.

É interessante ainda identificar a origem dos gastos nacionais em P&D, no caso quais são os principais setores (empresas ou governo) que realizam este tipo de investimento, conforme a Tabela 2.

Tabela 2: Distribuição percentual dos dispêndios nacionais em P&D conforme setor de financiamento, 2000-2013

País	Setor	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	Empresas	47,2	45,4	46,8	46,7	48,6	50,4	48,0	46,1	47,5	45,5	47,0	45,2	43,1	40,3
	Governo	51,7	53,3	51,6	51,4	49,5	47,7	50,0	51,6	50,4	52,3	51,1	52,9	54,9	57,7
Estados Unidos	Empresas	69,0	67,2	64,5	63,3	62,6	63,3	64,3	64,9	63,5	57,9	56,9	58,5	59,3	60,9
	Governo	26,2	27,8	29,8	30,7	31,6	30,8	29,9	29,2	30,4	32,7	32,6	31,1	29,8	27,7
Japão	Empresas	72,4	73,1	74,1	74,6	74,8	76,1	77,1	77,7	78,2	75,3	75,9	76,5	76,1	75,5
	Governo	19,6	19,0	18,4	18,0	18,1	16,8	16,2	15,6	15,6	17,7	17,2	16,4	16,8	17,3
México	Empresas	29,5	29,8	34,7	34,7	38,6	41,5	45,2	44,6	38,3	39,1	36,2	36,8	27,1	22,2
	Governo	63,0	59,1	55,5	56,1	50,3	49,2	49,8	50,7	54,3	53,2	60,5	59,6	70,6	75,5

Fonte: Pesquisa MCTI (2015)

A partir da Tabela 2 é possível observar que em países mais desenvolvidos (Estados Unidos e Japão) a maior parte do financiamento em P&D é proveniente da iniciativa privada. Corroborando, nesta perspectiva, Furtado (2005) ao apresentar que o setor privado-empresarial ocupa um espaço cada vez maior do financiamento e da execução da pesquisa nos países desenvolvidos.

Acrescentam Contini e Séchet (2005) sobre os países menos desenvolvidos, os autores apontam que a participação do setor público é preponderante e fundamental, esperando-se que se constitua em uma mola propulsora para criar condições futuras para uma progressiva inserção do setor privado na geração e aplicação de novos conhecimentos científicos.

Observa-se que a maior parte dos investimentos em P&D nos países em desenvolvimento, em média, é realizado pelo governo, no Brasil são 51,9% provenientes do governo e no México 57,7%, período de 2000 a 2013. Por outro lado, este valor é menor em países mais desenvolvidos, como exemplo Estados Unidos, onde em média 30% compreende investimento do governo e no Japão, apenas 17,3% são deste tipo de investimento.

Nesse sentido, Rocha Neto (2003) adverte sobre o baixo investimento em atividades de P&D por parte das empresas brasileiras, particularmente se comparado com dos países desenvolvidos e do sudeste asiático; o autor sugere como possibilidade o estímulo na concepção e implementação de projetos cooperativos, envolvendo a participação de universidades, centros de pesquisa e empresas.

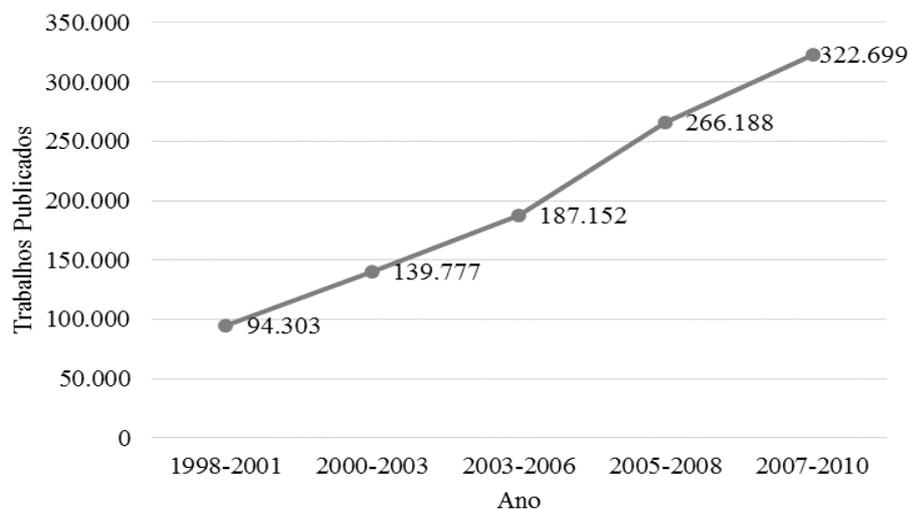
Especificamente em relação ao Brasil, Furtado (2005) pontua que a iniciativa privada e o setor produtivo têm uma participação minoritária tanto do lado do financiamento quanto da execução da P&D. Pacheco (2011) ressalta que o incentivo fiscal para atividades de P&D está basicamente concentrado na Lei de Informática (Lei nº 5.906/2006) e na Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005). Basicamente a Lei do Bem tem como objetivo apoiar a inovação e pesquisa científica e tecnológica através de incentivos fiscais no setor privado.

Pinto e Matias (2011) ponderam que na P&D da ciência os méritos são dos pesquisadores brasileiros, em gerar estudos sem uma estrutura adequada. No entanto, espera-se que ocorra uma mudança neste atual cenário a partir das inovações introduzidas com a Lei nº 13.343/2016, havendo, assim, uma maior integração, especialmente entre universidades públicas e empresas privadas.

Em relação ao fomento à pesquisa no Brasil, é representado por diversos órgãos, entre os principais estão: CNPq, o qual tem como competência: “promover e fomentar o desenvolvimento e a manutenção da pesquisa científica e tecnológica e a formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa, em todas as áreas do conhecimento” (CNPq, 2016); a Capes, a qual desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação (CAPES, 2016); Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs), entidades ligadas aos governos estaduais, as quais atuam no financiamento de pesquisas, capacitação de recursos humanos, melhora na infraestrutura e promoção da inovação; e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a qual tem como missão promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas (FINEP, 2016).

Conforme dados disponíveis na página eletrônica do CNPq, observa-se que a produção do conhecimento científico no país tem crescido consideravelmente nos últimos anos, de acordo com os Indicadores organizados por grandes áreas de conhecimento – Diretórios dos Grupos de Pesquisa no Brasil e Fomento do CNPq, exposto no Gráfico 2.

Gráfico 2: Evolução produção científicas dos pesquisadores doutores segundo grande área – Média Quadrienal da Produção Científica dos Pesquisadores Doutores - Censos 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010



Fonte: Pesquisa CNPq (2016)

Em relação aos dados do primeiro período disponível, entre 1998-2001, a produção científica dos pesquisadores doutores, entre: artigos completos publicados em periódicos especializados (circulação nacional e internacional), trabalhos completos publicados em anais de eventos e ainda livros e capítulos publicados, totalizaram 94.303 itens; já no período de 2007-2010 este total aumentou mais de 3 vezes, totalizando 322.699, conforme verificado com maiores detalhes segundo grande área, no Anexo I.

Nesse contexto, Sobral (2011) apresenta as novas tendências da produção do conhecimento, tais como: as pesquisas são desenvolvidas a partir da necessidade em resolver problemas práticos, e não apenas de interesse cognitivo, como na pesquisa básica; outro ponto é sobre o caráter mais transdisciplinar do que disciplinar, ou seja, as questões à serem solucionadas por meio do conhecimento exigem que disciplinas complementares atuem conjuntamente.

Batista e Maldonado (2008) destacam sobre a crescente preocupação por parte dos atores envolvidos em relação às compras de materiais e bens destinados à pesquisa científica, seja em relação ao custo apresentado, a problemática da qualidade dos produtos adquiridos, e ainda, sobre a incapacidade apresentada pelas organizações públicas em fazer suprir seus estoques com a agilidade necessária, dentro do prazo.

No diagnóstico sobre o processo de importação de equipamentos para o Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (Elsa Brasil), Almeida *et al.* (2013) expõem que os atores envolvidos neste processo (pesquisadores, órgãos reguladores, agências de fomentos, entre outros) precisam aperfeiçoar seus mecanismos de controle para que a pesquisa no Brasil ganhe dinamismo e agilidade em suas importações.

Para Antunes e Menezes (2005) o ponto de ligação entre desenvolvimento econômico e competitividade está no conhecimento, sendo este, no Brasil, concentrado nas universidades. Desta forma, estas são atores fundamentais no desenvolvimento do conhecimento científico, complementa Chiarini e Vieira (2012) ao afirmarem que as instituições de ensino superior são o principal *locus* de produção do conhecimento.

Bernheim e Chauí (2008) ponderam especificamente sobre a universidade pública, a qual sempre foi uma instituição social fundada no princípio de diferenciação que lhe assegura autonomia com respeito a outras instituições sociais. No que diz respeito ao suporte à pesquisa e produção do conhecimento nas IES brasileiras, Chiarini e Vieira (2012) pontuam que instituições como Capes, CNPq e Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) são fundamentais neste processo.

Nesse sentido, tendo em vista que o CNPq é um dos principais órgãos de fomento à pesquisa no país, é possível identificar as principais universidades federais em que este órgão realiza investimento, conforme pode ser observado com maiores detalhes no Anexo II.

No próximo tópico será apresentado sobre características do processo de importação, em seguida sobre as peculiaridades deste processo, voltado especificamente para fins de pesquisa científica e tecnológica.

3.3 Processo de Importação Destinado à Pesquisa Científica e Tecnológica

No que diz respeito ao comércio exterior, Ratti (2009) afirma que o mesmo vem como uma alavanca importante no processo de desenvolvimento econômico de um país e no bem-estar de sua população.

Faro e Faro (2010) destacam que o exercício das práticas de comércio surge justamente como um mecanismo capaz de apontar as soluções e os caminhos viáveis para o estabelecimento de um eixo sólido e concreto, que suporte a implementação de medidas válidas para promover o crescimento de um país e, desta forma, possa gerar melhorias significativas de cunho econômico e social aos seus habitantes.

É interessante ressaltar que existem algumas teorias que elucidam sobre a prática do comércio internacional, segundo Ratti (2009) o principal motivo que justifica este comércio é a impossibilidade de uma região ou país produzir vantajosamente todos os bens e serviços de que os seus habitantes tenham necessidade, ainda acrescenta como fatores que contribuem para esta situação: desigualdades na distribuição geográfica dos recursos naturais, as diferenças de clima e solo, e as diferenças de técnicas de produção.

No que se refere à importação, Cortinãs Lopez (2008) define como a entrada de mercadoria em um país, procedente do exterior, a qual se configura, perante a legislação brasileira, no momento do desembarço aduaneiro. Para Faro e Faro (2010) pode ser definida como o ingresso no país de riquezas originárias do exterior, materializadas por bens ou ainda pelos efeitos da execução de serviços.

Os principais órgãos que regulamentam o comércio internacional no Brasil são: Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco do Brasil, MDIC, Câmara de Comércio Exterior – CAMEX, Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF, e Ministério das Relações Exteriores – MRE.

Conforme disposto na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, (CF/1988), artigo 22, inciso VIII: “compete privativamente à União legislar sobre comércio exterior”. Ainda no artigo 237, estabelece: “A fiscalização e o controle sobre o comércio exterior, essenciais à defesa dos interesses fazendários nacionais, serão exercidos pelo Ministério da Fazenda” (BRASIL, 1988).

Dentre os órgãos específicos singulares que compõem o Ministério da Fazenda, tem-se a SRF, segundo o Decreto nº. 7.482/2011, artigo 15, inciso I, esta secretaria tem como uma das competências: “planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal e aduaneira, [...]”.

Para a efetivação do processo de importação, salvo exceções, é necessário o registro de informações sobre a aquisição pretendida no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), por usuário habilitado, com tal registro é realizada a devida análise pela SRF, SECEX e Banco Central do Brasil.

No que diz respeito ao despacho aduaneiro de importação, este é disciplinado conforme Instrução Normativa SRF nº. 680, de 2 de outubro de 2006, a mesma estabelece em seu artigo 1º: “A mercadoria que ingresse no País, importada a título definitivo ou não, sujeita-se a despacho aduaneiro de importação, que será processado com base em declaração formulada no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex), salvo exceções [...]”.

Cortinãs Lopez (2008) conceitua o despacho aduaneiro de importação como o procedimento fiscal ou conjunto de atos e formalidades, previstos na conferência aduaneira, necessários ao desembaraço de toda mercadoria procedente do exterior, importada a título definitivo ou não.

Já o desembaraço aduaneiro é definido por Sousa (2010) como o ato que finaliza o despacho aduaneiro ao registrar a conclusão da conferência aduaneira, no caso da importação, caracterizada pela entrega da mercadoria ao importador.

Outrossim, é interessante a pontuação de Maia (2001) sobre o tema, o autor destaca que a importação pode ser conveniente pois permite ao país comprador adquirir uma mercadoria de alta tecnologia, obtida por meio de caríssima pesquisa e de muitos anos de experiência.

No que diz respeito ao principal tipo de importação realizado pelas universidades federais, o mesmo é regulamentado pela Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a qual dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, alterada pela Lei nº 10.964, de 28 de outubro de 2004 e recentemente pela Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016.

A Lei nº 8.010/1990, conforme artigo 1º, isenta dos impostos de importação, imposto sobre produtos industrializados e do adicional ao frete para renovação da marinha mercante as importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários, destinados à pesquisa científica e tecnológica.

As isenções previstas na Lei nº 8.010/1990 tem o objetivo de estimular e favorecer o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica no país, tanto que na referida lei é expressamente estipulada esta finalidade.

Destacam Almeida *et al.* (2013) sobre a importância das atividades de compras em projetos de pesquisa, pois está crescendo proporcionalmente ao volume de recursos disponibilizados e à complexidade das investigações.

Desta forma, o processo de importação realizado pelas universidades federais, utilizando-se os benefícios da Lei nº 8.010/1990, pode ser considerada uma forma que possibilita maior aproximação com as pesquisas realizadas nos países desenvolvidos, pois são adquiridas mercadorias de alta tecnologia até então inexistentes no Brasil, ou existentes com qualidade inferior, ou ainda, com preço superior.

Contribuem Almeida *et al.* (2013) ao assinalar que a Lei nº 8.010/1990 certamente aproximou as condições de produção da pesquisa em saúde nacional daquelas realizadas internacionalmente, pois possibilitou acesso a novas tecnologias e insumos não disponíveis no mercado nacional

Ainda a referida lei dispõe a aplicação somente às importações realizadas pelo CNPq, por cientistas, por pesquisadores e por Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) ativos no fomento, na coordenação ou na execução de programas de pesquisa científica e tecnológica, de inovação ou de ensino e devidamente credenciados pelo CNPq.

Iniciativa similar ao Brasil foi adotada pelo México, onde em 9 de outubro de 2007 foi publicado decreto em que as importações de equipamentos de investigação, instrumentos de laboratório, plantas de teste e de animais, entre outras, estariam livres do imposto de importação, beneficiando, assim, a pesquisa realizada por universidades públicas e privadas e centros de investigação, conforme já citado neste estudo.

No Brasil, para a realização de importações beneficiadas pela Lei nº 8.010/1990, é necessário o credenciamento junto ao CNPq, podendo o processo de importação ser realizado pelo próprio CNPq, por cientistas, pesquisadores e por ICT ativos no fomento, na coordenação ou na execução de pesquisa científica e tecnológica, de inovação ou de ensino.

Conforme pesquisa realizada na página do CNPq, em 15 de novembro de 2015, apenas 4 universidades federais não estão credenciadas no CNPq (3 da região Nordeste e 1 região Norte), ou seja, 59 (94%) universidades são habilitadas a realizar importação com finalidade exclusiva para pesquisa científica e tecnológica no país (CNPq, 2015).

Ainda, possíveis agentes responsáveis para a realização da operacionalização da importação, podem ser: o próprio pesquisador, a instituição de vínculo do pesquisador, fundação de apoio à universidade, empresa de despacho aduaneiro ou a ainda ser utilizado o serviço Importa Fácil Ciência, dos Correios.

Nesse contexto, é interessante destacar o estudo realizado por McMahon *et al.* (2010), esses autores realizaram entrevistas com 50 especialistas em Medicina Regenerativa no Brasil, algumas conclusões diagnosticadas foram: as universidades públicas e instituições de pesquisa filiadas são as mais prolíficas na produção do conhecimento no setor de medicina regenerativa no Brasil, enquanto as universidades privadas não se engajam em pesquisa, com exceção de algumas universidades católicas; o apoio do governo, tanto em nível federal quanto estadual tem sido fundamental neste tipo de pesquisa no Brasil; duas mudanças legislativas foram fundamentais no incentivo da inovação científica - a Lei do Bem e a Lei da Inovação; ainda, os entrevistados apontaram que a velocidade e os custos associados com a importação de equipamentos e materiais científicos de pesquisa são as principais barreiras para o trabalho de investigação no Brasil, destacam ainda a burocracia que coloca a pesquisa biomédica brasileira em grande desvantagem.

Com o intuito de facilitar a compreensão da dinâmica apresentada, a próxima seção contempla aspectos sobre mapeamento de processos.

3.4 Mapeamento de processos

Processo é um conjunto de causas, que provoca um ou mais efeitos (D'ASCENÇÃO, 2010). Para Manganote (2001) é qualquer atividade ou conjunto de atividades que toma uma entrada, adiciona valor a ela e fornece uma saída a um cliente específico. Juran (2009) entende como uma série sistemática de ações dirigidas à realização de uma meta.

Nesse sentido, acrescenta Hammer (1994) que os processos de uma empresa correspondem às atividades empresariais naturais, mas eles costumam estar fragmentados e encobertos pelas estruturas organizacionais.

Novos componentes vão sendo adicionados e outros sendo adaptados à medida que o ambiente muda, a instituição cresce e o conhecimento especializado se desenvolve. Dessa forma, o funcionamento do processo precisa ser adaptado, de modo que possa se adequar à nova situação (GONÇALVES, 2000).

A partir desta abordagem preliminar sobre processos, tem-se o mapeamento de processos, para Petrozzo (1996), o mapeamento tem por finalidade identificar todas as tarefas que agregam valor ao processo, desde mapeá-las em níveis de habilidades funcionais e, por fim, atribuí-las aos funcionários.

Com o mapeamento é possível identificar as melhorias que podem fazer com que o processo em análise tenha maior eficiência e eficácia, bem como fazer o desdobramento dos indicadores de desempenho e a implementação das soluções propostas (OTTOBONI; PAGNI, 2003).

Oliveira *et al.* (2010) esclarecem que o procedimento adotado no mapeamento de processo é colocar em um gráfico o processo de um setor, departamento ou organização, para orientação das suas fases de avaliação, desenho e desenvolvimento, ainda, complementam sobre o assunto que o mapeamento é o melhor método para visualizar o desencadeamento das atividades de um processo.

Neste contexto, deve-se ter a compreensão de que não somente no setor privado, mas também no setor público, é necessária a adoção de ferramentas que possibilitem dimensionar toda a complexidade do ambiente envolvido, e, desta forma, possam otimizar o desempenho organizacional, no caso da administração pública.

Para Araujo (2011) o objetivo do estudo de processo é o de assegurar a fluidez da movimentação, seja de papéis entre pessoas e unidades da organização, e manter os limites de decisão dentro de princípios que não permitam a ineficiência e ineficácia de todo o processo.

Outrossim, dentre as técnicas utilizadas nos estudos de processos, será utilizada a mais tradicional, no caso, o fluxograma. Cury (2000) destaca que o gráfico de processamento, por excelência, para trabalhos de análise administrativa é o fluxograma, sendo um gráfico universal, que representa o fluxo ou sequência de qualquer trabalho, produto ou documento.

Complementa Gonçalves (2000), ao pontuar sobre a importância do emprego do conceito de processo, a mesma aumenta à medida que as empresas trabalham com conteúdo cada vez mais intelectual, oferecendo produtos cada vez mais ricos em valores intangíveis.

Por outro lado, na linha da reestruturação radical dos processos tem-se a reengenharia, para Hammer (1994), a mesma é considerada como o repensar fundamental, que visa alcançar

drásticas melhorias em indicadores críticos e contemporâneos de desempenho, tais como custos, qualidade, atendimento e velocidade.

4 RESULTADOS E PROPOSIÇÕES SOBRE O PROCESSO DE IMPORTAÇÃO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Neste tópico serão apresentados: o estado da arte, a pesquisa e o contexto da importação nas instituições, seguido dos resultados e proposições sobre o levantamento realizado neste estudo.

4.1 Estado da Arte: Importação nas Universidades Federais

Para conhecer o estado da arte deste estudo é apresentado o que tem sido publicado sobre a temática, a partir de levantamento em bases de dados.

Tendo em vista o levantamento realizado nas bases de dados Scopus, Web of Science (WoS) e Scielo, em 13 de janeiro de 2016, os descritores e conectores utilizados neste levantamento foram: “*importation*” e “*university*”; “importação” e “universidade”. Não foi delimitado período na pesquisa realizada nas bases de dados citadas.

Neste levantamento foram obtidos 325 artigos, sendo: Scopus (271), Web of Science (47) e Scielo (7), desconsideradas as duplicações totalizaram 287 artigos, destes foi realizada leitura prévia e análise dos resumos. Após esta análise apenas 98 artigos (34%) tratavam da temática de importação (relação de comércio entre países), os demais eram relacionados a temas diversos (importação de doenças, vírus, bactérias, mão-de obra, doutrinas, entre outros). Todavia, não foram identificados estudos que tratassem especificamente do processo de importação realizado por universidades.

Portanto, após análise do levantamento nessas bases de dados, é interessante destacar a carência de publicações com este objeto de pesquisa, sobretudo as importações realizadas por instituições de ensino superior.

Ademais, com base neste levantamento, algumas possíveis constatações podem ser feitas: a maioria dos artigos internacionais eram provenientes de países tidos como desenvolvidos e as universidades destes países não realizam importação, pois já possuem acesso livre à tecnologia de ponta dentro de suas fronteiras nacionais, facilitando assim o desenvolvimento de suas pesquisas científicas e tecnológicas; outra possibilidade é que as universidades realizam importação, entretanto, não há estudos/pesquisas que tipifiquem este procedimento.

4.2 A Pesquisa e o Contexto da Importação nas Instituições

Para compreender as relações existentes entre pesquisa e o processo de importação, utilizou-se da pesquisa documental, através da análise de dados das universidades federais brasileiras, disponibilizadas tanto na página eletrônica dessas instituições, como também MEC, MDIC, Capes e MCTI.

Para conhecer o panorama em termos do volume de importação que as universidades federais brasileiras realizam, foi feito levantamento da faixa de valor importado, com dados de 2014 e 2015, com base em informações do MDIC.

Além disso, foi verificada a data de credenciamento destas IES no MEC e a quantidade de programas de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento no país, por universidade federal, conforme consta no Quadro 1.

Para facilitar a visualização das faixas de valores importados serão adotadas as respectivas correspondências neste trabalho: “Até US\$ 1 milhão” (faixa A); “Entre US\$ 1 milhão e US\$ 5 milhões” (faixa B); “Entre US\$ 5 milhões e US\$ 10 milhões” (faixa C); “Entre US\$ 10 milhões e US\$ 50 milhões” (faixa D).

Quadro 1: Faixa de Valor Importado em 2014 e 2015, Data de Credenciamento MEC e Quantidade de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* por Universidade Federal

REGIÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL	FAIXA DE VALOR IMPORTADO		CREENCIAMENTO	PROGRAMAS PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i>
		2014	2015		
CENTRO-OESTE	UNB	Faixa B	Faixa B	15/01/1962	94
	UFG	Faixa A	Faixa A	14/12/1960	71
	UFMS			05/07/1979	38
	UFGD			29/07/2005	19
	UFMT			-	-
NORDESTE	UFPE	Faixa B	Faixa A	20/06/1946	86
	UFPB			04/12/1955	79
	UFRN			18/12/1960	78
	UFC			16/12/1954	74
	UFPI			09/01/1945	38
	UFMA	Faixa A	Faixa B	21/10/1966	31
	UFBA			08/04/1946	83
	UFAL			25/01/1961	40
	UFERSA			18/04/1967	13
	UFSE			28/02/1967	48
	UNIVASF			27/06/2002	11
	UFRPE			24/07/1947	39
	UFCEG			09/04/2002	29
	UFRB	29/07/2005	12		
	UNILAB	-	-	20/07/2010	3

Continua

	UFCA			05/06/2013	3
	UFOB			05/06/2013	2
	UFSB			05/06/2013	-
NORTE	UFPA	Faixa B	Faixa A	02/07/1957	76
	UFAM	Faixa A		12/06/1962	40
	UFT	Faixa B	-	23/10/2000	26
	UFOPA	-	Faixa A	05/11/2009	8
	UNIFAP			02/03/1990	7
	UFRA	Faixa A	-	05/12/1945	7
	UNIR			08/07/1982	17
	UFAC			29/04/1971	13
	UFRR			12/09/1985	13
	UNIFESSPA			05/06/2013	3
SUDESTE	UFRJ	Faixa B	Faixa D	07/09/1920	121
	UFMG	Faixa C	Faixa B	07/09/1927	84
	UNIFESP	Faixa B		31/05/1938	60
	UFABC			26/07/2005	23
	UFF		18/12/1960	79	
	UFES		30/01/1961	56	
	UNIFEI		08/01/1913	16	
	UFSCAR		22/05/1968	49	
	UFV	Faixa A	Faixa A	30/03/1922	48
	UFU			14/08/1969	47
	UFJF			23/12/1960	38
	UFLA			23/12/1963	33
	UFOP			21/08/1969	29
	UFSJ			18/12/1986	23
	UNIFAL			11/09/1915	19
	UFVJM			-	Faixa B
	UFTM	Faixa B	-	24/03/1954	12
	UFRRJ			20/10/1910	33
	UNIRIO			20/08/1969	25
	SUL	UFRGS	Faixa C	Faixa C	28/11/1934
UFSC		Faixa B	Faixa B	18/12/1960	80
UFPR				06/06/1946	78
UFSM				14/12/1960	55
FURG				20/08/1969	29
UFPEL			Faixa A	12/12/1960	43
UTFPR		Faixa A		30/06/1978	43
UNIPAMPA				11/01/2008	12
UFCSPA				17/02/1961	7
UNILA				12/01/2010	4
UFFS		-		15/09/2009	8

Fonte: Pesquisa MDIC (2016), MEC (2015) e Capes (2016)

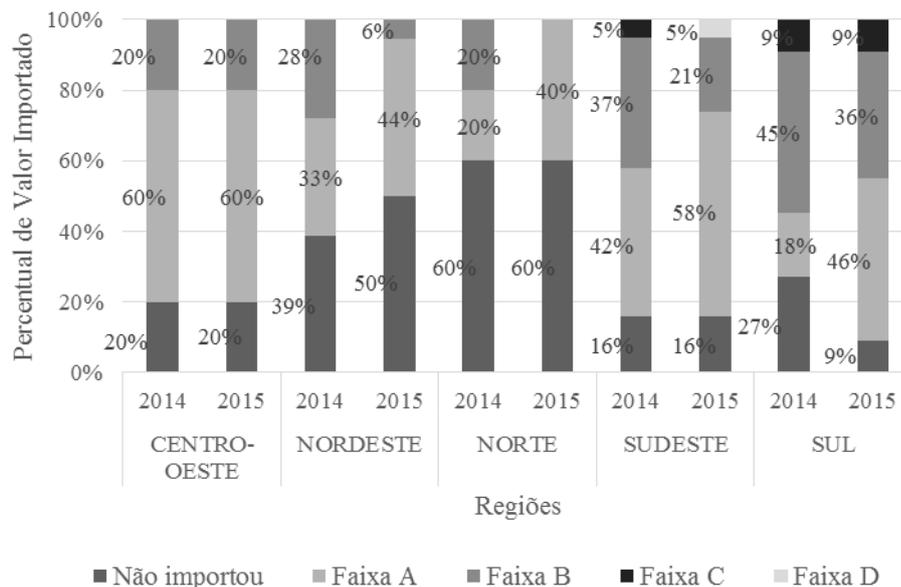
As universidades federais em que não constam informações sobre a faixa de valor importado, enquadram-se em uma das seguintes situações: 1) Não importa; 2) Realiza ou já realizou importação, contudo não importou no ano de referência; 3) Começou a realizar a atividade de importação no ano de 2015.

A partir dos dados do Quadro 1, a universidade que teve maior destaque em volume de importações foi a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, a qual importou na Faixa D, em 2015. Além disso, é interessante observar que essa é a instituição que possui a maior quantidade de programas de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento no país, totalizando 121 programas.

É interessante ressaltar que apesar de pesquisas também serem realizadas na graduação, é na pós-graduação que ocorre um maior desenvolvimento das mesmas, por isso a inclusão da quantidade desses programas. Neste contexto, pontuam Chiarini e Vieira (2012) que uma peculiaridade da educação superior no Brasil é que as IES públicas são o maior suporte do sistema de pesquisa no país, especialmente no que tange aos programas de pós-graduação dessas instituições.

Ainda tendo como referência os dados do Quadro 1, com o objetivo de comparar a faixa de valor importado das universidades federais nos anos de 2014 e 2015, organizado pelas regiões do país, foi elaborado o Gráfico 3.

Gráfico 3: Faixa de Valor Importado Universidades Federais por Regiões – 2014 e 2015



Fonte: Pesquisa MDIC (2016)

As universidades da região Centro-Oeste importaram a mesma faixa de valor nos anos de 2014 e 2015, com exceção da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, a qual não importou no período citado. O destaque nesta região é a Universidade de Brasília - UNB, com o maior número de programas de pós-graduação (94), além do maior volume de importação, Faixa B.

Uma questão apresentada na região Nordeste foi a redução no volume de importações de 2014 para 2015, em 7 das 18 universidades, são elas: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Universidade Federal do Ceará - UFC, Universidade Federal do Piauí - UFPI, as quais em 2014 importaram entre Faixa B, já em 2015 passaram a importar na Faixa A. Ainda, a Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF e Universidade Federal de Sergipe - UFSE importaram valor correspondente à Faixa A no ano de 2014, contudo em 2015 não houve registro de importações.

O maior percentual de universidades federais que não importam refere-se à região Norte, com 60% de incidência tanto no ano de 2014, quanto em 2015. Ainda houve uma redução no volume de importações de 2014 para 2015 em três universidades, são elas: Universidade Federal do Pará - UFPA e Universidade Federal de Tocantins - UFT (as quais em 2014 importaram na Faixa B, já em 2015 passaram a importar na Faixa A) e Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, a qual em 2014 importou na Faixa A, entretanto em 2015 não houve registro de importações.

Da mesma forma que em outras regiões, observa-se que o volume de importação reflete no número de programas de pós-graduação. No caso da região Norte, a UFPA possui o maior número de programas (76) e o maior volume de importação da região (dados de 2014 e 2015).

Na região Sudeste, em 2014, a universidade com maior relevância no volume de importações foi a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Faixa C, além disso é a segunda universidade da região com o maior número de programas de pós-graduação.

Especificamente, nesta região é interessante destacar o aumento representativo do volume de importações na UFRJ, em 2014 importou na Faixa B, e no ano de 2015 passou a importar na Faixa D.

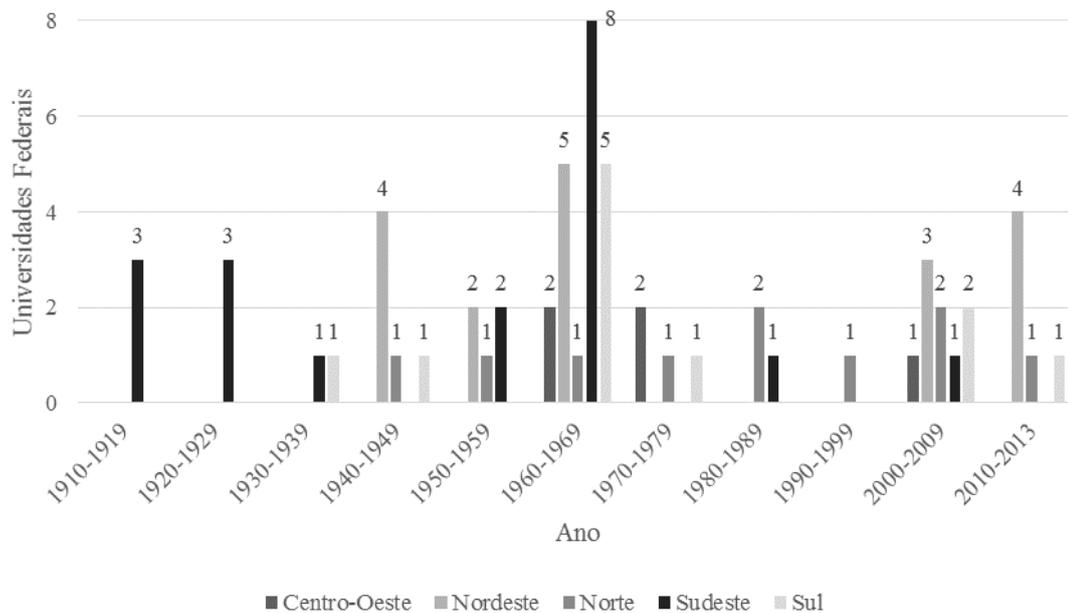
Na região Sul a universidade com maior representatividade de importação, tanto em 2014 quanto em 2015, é a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Faixa C, além de possuir a maior quantidade de programas de pós-graduação (92). Nesta região duas universidades que não haviam realizado importação em 2014 passaram a realizar em 2015, são elas: Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA e Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA.

Neste contexto, é interessante observar que em todas as regiões analisadas foi possível identificar relação entre o volume de importação e a quantidade de programas de pós-graduação que as respectivas universidades federais possuem, validando o objetivo da Lei nº

8.010/1990, que é justamente este tipo de compra com a finalidade para pesquisa científica e tecnológica.

No Gráfico 4 é contemplado o período de credenciamento das universidades federais brasileiras junto ao MEC, é possível verificar uma forte expansão principalmente na década de 60, em que foram credenciadas 21 universidades federais. Posteriormente entre o ano de 2000-2009, nove universidades, e por fim, o período de quatro anos (entre 2010-2013) com o credenciamento de seis instituições.

Gráfico 4: Período de Credenciamento no MEC - Universidades Federais no Brasil (por Região) – 2014 e 2015



Fonte: Pesquisa MEC (2016)

Tendo em vista que as universidades novas são as credenciadas a partir do ano de 2000 até 2013, das 15 universidades identificadas, é possível observar uma concentração em grande parte na região Nordeste, totalizando estas sete instituições (47%). Em seguida, região Norte e região Sul com três instituições (20%) cada, Centro Oeste e Sudeste com uma universidade (7%) cada.

Ainda sobre as universidades tidas como novas, o destaque na área de importação é para a Fundação Universidade Federal do ABC - UFABC, a qual importou na Faixa B. Os demais destaques, considerando a continuidade das importações tanto no ano de 2014 como em 2015, conforme dados do MDIC, são: UFGD e Universidade Federal de Pampa - UNIPAMPA, com importações na Faixa A.

Ademais, no Quadro 2 são apresentadas as principais universidades federais que realizam importação por região no país,

Quadro 2: Principais Universidades Federais que realizam importação no Brasil (por região) com faixa de valor importado (2014 e 2015), data de credenciamento no MEC e programas de pós-graduação *stricto sensu*

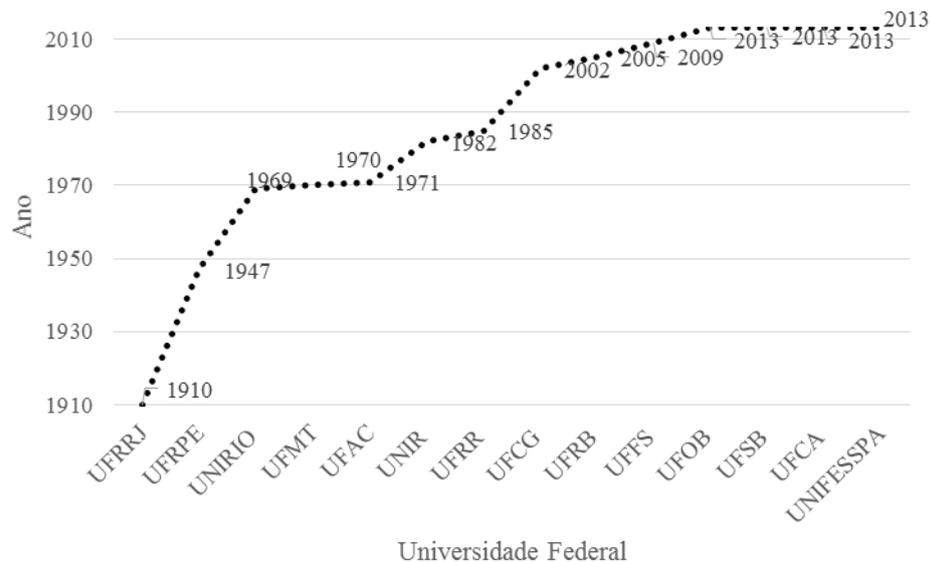
REGIÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL	VALOR IMPORTADO 2014	VALOR IMPORTADO 2015	CRENCIAMENTO MEC	PROGRAMAS PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
CENTRO OESTE	UNB	Faixa B	Faixa B	15/01/1962	94
NORDESTE	UFPE		Faixa A	20/06/1946	86
NORTE	UFPA			02/07/1957	76
SUDESTE	UFRJ		Faixa D	07/09/1920	121
SUL	UFRGS	Faixa C	Faixa C	28/11/1934	92

Fonte: Pesquisa MDIC (2016), MEC (2015) e Capes (2016)

Os dados confirmam que a realização do processo de importação contribui no desenvolvimento das pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação, pois justamente as universidades que mais importam são as que possuem o maior número deste tipo de programas. Outro ponto nesta análise é que estas instituições por serem antigas, data de credenciamento entre 1920-1962, possuem maior tradição e *know-how* na realização de pesquisas no país.

Na sequência, foi realizado levantamento especificamente das universidades federais que não realizaram importação nos anos de 2014 e 2015, a partir dos dados do MDIC, conforme Gráfico 5.

Gráfico 5: Ano de Credenciamento no MEC das Universidades Federais que não realizaram importação nos anos de 2014 e 2015



Fonte: Pesquisa MEC (2016)

Pode ser observado no Gráfico 5, que a data de credenciamento das instituições que não realizaram importação nos anos de 2014 e 2015 compreende desde instituições mais antigas, até as mais recentes (data de credenciamento entre 1910 e 2013 respectivamente).

Na coleta de dados desta pesquisa foi possível realizar contato com as sete instituições tidas como antigas (data de credenciamento entre 1910 e 1985) e que não realizaram importação nos anos de 2014 e 2015, são elas: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, UFMT, Universidade Federal do Acre - UFAC, Universidade Federal de Rondônia - UNIR e Universidade Federal de Roraima - UFRR.

Especificamente nestas universidades, os motivos informados para não importarem são: falta de profissional/sem equipe (5 instituições) e não soube informar o motivo (2 instituições). Desta forma, observa-se que apesar da universidade ser considerada antiga, não necessariamente é uma condição para que o processo de importação ocorra dentro da instituição, sendo que o fator mão de obra exerce forte influência neste processo.

Assim, diante da realização ou não de importação nas universidades federais, podem ser observadas discrepâncias entre as regiões no que diz respeito à capacidade em realizar pesquisa científica, reflexo que pode ser observado a partir da quantidade de programas de pós-graduação por região: Sudeste (725), Nordeste (669), Sul (451), Centro-Oeste (265) e Norte (210). Como já foi citado anteriormente, são nesses programas em que há maior desenvolvimento de pesquisas no país.

Neste sentido, contribuem Chiarini e Vieira (2012) ao afirmar que as universidades não formam um grupo homogêneo de criação do conhecimento, havendo universidades mais intensivas na geração e produção do conhecimento científico e tecnológico que outras.

Vale destacar a incidência de áreas em que não é comum demandarem infraestrutura, e assim não necessitam realizar aquisição de importados, tais como humanas e ciências sociais, contudo também contribuem no desenvolvimento de pesquisas científicas no país e consequentemente, consolidação do conhecimento científico na sua respectiva área de atuação.

Conforme a CF/1988, as universidades obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, o processo de importação tido como a entrada de mercadoria de origem estrangeira no território nacional, seguido da internalização da mercadoria, pode ser um instrumento que possibilita tanto o favorecimento quanto o fortalecimento dos princípios preconizados.

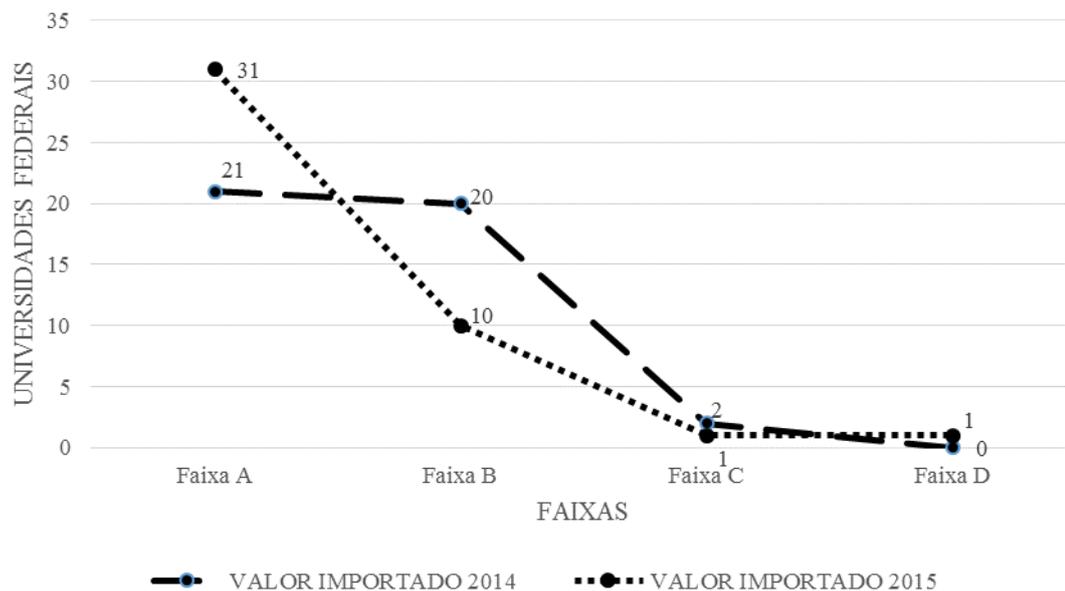
Entretanto, inúmeros entraves são identificados no processo de importação, inclusive na importação que as universidades realizam, acrescentam Almeida *et al.* (2013) que a legislação referente a procedimentos da administração pública para aquisição de bens e contratação de pessoas ou serviços para pesquisa não foi aperfeiçoado para acompanhar as mudanças e persistem sérios entraves operacionais, dificultando, assim, o desenvolvimento das pesquisas e provavelmente subtraindo seu potencial produtivo.

Ademais, Sousa (2010) pontua que apesar de várias ferramentas e inovações introduzidas nos processos de comércio exterior brasileiro, os procedimentos aduaneiros ainda são reconhecidamente burocráticos, lentos e dispendiosos, dificultando, muitas vezes, os negócios.

Ainda, o longo tempo gasto na importação de materiais de consumo e equipamentos pode representar verdadeiro marca-passos nas pesquisas (FÓRUM..., 2002).

Neste contexto, pode ser observado que a atual conjuntura pela qual passou o país entre 2014/2015 refletiu na quantidade de recursos disponibilizados na aquisição de importados, conforme observado no Gráfico 6.

Gráfico 6: Valor Importado Universidades Federais Brasileiras – 2014 e 2015



Fonte: Pesquisa MDIC (2016)

A partir do Gráfico 6 é possível observar que no ano de 2014, 20 universidades importaram na Faixa B, sendo que no ano seguinte essa quantidade diminuiu para metade, incidindo em um aumento das universidades que importam na Faixa A. Além disso, em 2014 duas universidades importaram na Faixa C, já em 2015 apenas uma universidade se enquadra

nesta faixa. Entretanto, houve um aumento no volume de aquisições, sendo que uma única universidade importou no ano de 2015 na Faixa D.

Na Tabela 3 são apresentadas as principais universidades federais do país que receberam recursos do CNPq para o fomento em pesquisa, no período entre 2001 e 2012.

Tabela 3: Investimento do CNPq no Fomento à Pesquisa nas principais Universidades Federais (R\$ mil correntes) – 2001 a 2012

Universidades Federais	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total Investimentos 2001-2012
UFRJ	13.223	7.825	9.609	9.964	16.843	14.849	28.756	22.926	23.873	30.915	17.670	28.928	225.383
UFRGS	9.162	5.928	8.135	10.807	10.000	8.197	19.249	18.045	18.592	26.711	12.131	16.352	163.309
UFMG	5.768	5.117	5.013	5.558	9.364	6.892	17.954	14.355	13.176	16.390	14.227	15.535	129.349
UFPE	5.051	2.732	2.441	6.696	11.257	7.397	16.324	15.565	9.795	19.521	15.548	11.635	123.963
UNB	4.483	3.572	3.185	3.456	8.795	6.100	9.048	10.402	7.874	18.259	10.841	12.568	98.583

Fonte: Pesquisa CNPq (2016)

Os destaques nesta tabela são para UFRJ, UFRGS e UFMG, validando o que já foi confirmado nas análises anteriores sobre a relevância destas instituições na realização de pesquisas no país.

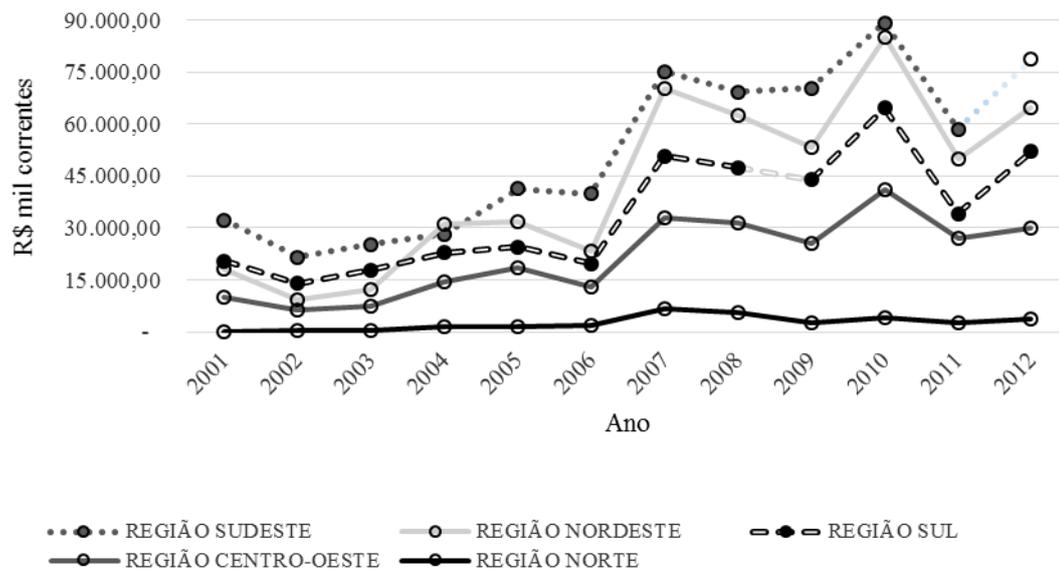
Na região Centro-Oeste, a universidade federal que recebeu maior investimento do CNPq no período analisado foi a UNB, inclusive é possível verificar no Anexo II uma concentração de recursos especificamente nesta instituição, comparando-se com as demais universidades federais da região.

Na região Nordeste o destaque em volume de investimentos é a UFPE. Ainda, nesta região não constam informações disponibilizadas pelo CNPq de 4 universidades (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Universidade Federal do Cariri - UFCA, Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB e Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB), devido a data de credenciamento ter sido recente.

A UFPA e Universidade Federal do Amazonas - UFAM são as instituições que receberam maior investimento na região Norte. Na região Sudeste, como já citado, os destaques são: UFRJ e UFMG. Na região Sul: UFRGS e Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Ademais, a partir do Gráfico 7 é possível analisar a evolução histórica de investimentos no fomento à pesquisa realizado pelo CNPq, nas universidades federais, por região.

Gráfico 7: Evolução Investimentos CNPq no Fomento à Pesquisa nas Universidades Federais – por Regiões (em R\$ mil correntes) – Ano de 2001 a 2012



Fonte: Pesquisa CNPq (2016)

O primeiro ponto que pode ser observado no Gráfico 7 é o baixo investimento nas instituições especificamente da região Norte, acrescenta-se o baixo grau de investimento do ano 2001 até 2006.

Posteriormente, é possível verificar um crescimento no volume de recursos investidos, principalmente nos anos de 2007 e 2010. A região que mais se destaca nesta análise é a Sudeste, em seguida Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte, a mesma ordem decrescente das regiões que se destacam na quantidade de programas de pós-graduação, como já citado anteriormente.

É interessante destacar que o CNPq lança editais de pesquisa, nestes os pesquisadores submetem seus projetos para avaliação, a fim de obter recurso. Desta forma, foi possível observar a seguinte relação: as universidades que possuem a maior quantidade de programas de pós-graduação *stricto sensu* referem-se às que mais se destacam em relação ao investimento feito pelo CNPq no fomento à pesquisa.

A próxima seção traz um diagnóstico sobre o processo abordado, na tentativa de melhor compreensão da dinâmica que envolve esse sistema.

4.3 Diagnóstico sobre o Processo de Importação nas Universidades Federais

Para mapear aspectos relacionados ao processo de aquisição de produtos importados nas universidades federais é apresentado o presente diagnóstico, sendo composto por: apresentação e análise do levantamento que foi realizado diretamente com as instituições; Análise SWOT, pois a mesma auxilia na compreensão e permite uma visão geral do processo em análise; e o fluxograma do processo.

As instituições analisadas compõem as regiões: Centro-Oeste (5) 100%, Nordeste (15) 83%, Norte (5) 50%, Sudeste (14) 74% e Sul (9) 82%, a data de credenciamento destas universidades compreende o ano de 1910 até 2013, período que permite uma análise desde instituições mais antigas até as mais recentes.

Das 48 universidades identificadas, 13 (27%) expuseram que não realizam importação, o Quadro 3 apresenta as principais características destas instituições.

Quadro 3: Panorama sobre as Universidades Federais que não realizam Importação

Não realiza importação:	27% (13 instituições)
Principais motivos identificados:	“falta de pessoal e/ou falta de pessoal capacitado para realizar a atividade” (50%)
	“não há demanda / universidade nova” (29%)
	“não foi informado o motivo” (21%)
Regiões:	Nordeste (6)
	Norte (3)
	Sudeste (3)
	Centro Oeste (1)

Fonte: Dados de pesquisa (2016)

É interessante destacar como principal motivo identificado para não realização de importação pelas universidades diz respeito à falta de pessoal e/ou falta de pessoal capacitado para realizar a atividade (50%), desta forma é possível que exista a demanda dentro da instituição, contudo devido não haver mão de obra qualificada para atuar nesta área específica, acabam não sendo utilizados os benefícios concedidos pela Lei nº 8.010/1990.

O segundo motivo apresentado foi que não há demanda e/ou a universidade é nova (29%); em seguida, o entrevistado não soube informar o porquê da instituição não realizar este processo (21%).

Acrescenta-se que uma das universidades citou dois motivos como justificativa, sendo tanto “falta de profissional” como “não há demanda na universidade”, totalizando assim 14 justificativas pontuadas pelas 13 universidades que não importam.

Das universidades que não importam, foi identificado que correspondem às seguintes regiões: (6) Nordeste, (3) Norte, (3) Sudeste e (1) Centro-Oeste. É interessante destacar que a

data de credenciamento, especificamente destas instituições, também contempla o período de 1910 a 2013, sendo exposto por algumas mais antigas que até já realizaram importação em algum momento, contudo devido à falta de equipe e/ou pessoa habilitada, este processo não é mais realizado.

No segundo momento da pesquisa foi obtido um total de 43 respondentes do questionário, diz respeito às universidades federais que realizam o processo de importação, representando 35 instituições, a partir da tabulação desses dados foi realizado um panorama geral, como segue no Quadro 4.

Quadro 4: Panorama Perfil dos Funcionários no Processo de Importação nas Universidades Federais

Perfil dos Funcionários	
Sexo	51% de mulheres
Idade	“31 a 40 anos” (35%); “21 a 30 anos” (23%) e “41 a 50 anos” (21%)
Tempo de atuação na área	44% atuam no máximo há 3 anos
Vínculo com a universidade	93% Estatutários e 7% Celetistas
Cargo dos funcionários	Assistente em administração (35%), Administrador (28%), Contador (9%)
Escolaridade	Pós-graduado <i>lato sensu</i> (46%), Superior (16%), Mestre (14%), Doutor e Mestrando com 7% cada
Capacitação na área	65% não receberam capacitação

Fonte: Dados de pesquisa (2016)

O perfil dos funcionários pesquisados que atuam na área de importação das universidades federais é composto por: 51% de mulheres e 49% homens; predomina a idade entre “31 a 40 anos” (35%), seguido por “21 a 30 anos” (23%), “41 a 50 anos” (21%), “51 a 60 anos” (12%), “61 a 70 anos” (7%) e “até 20 anos” (2%).

A partir da análise do tempo em que os funcionários atuam na área de importação observou-se um perfil jovem em relação ao tempo de atuação, sendo que 44% tem experiência no setor no máximo a 3 anos. Sendo o tempo de atuação: “até 1 ano” (21%), “acima de 1 ano até 3 anos” (23%), “acima de 3 a 5 anos” (16%), “acima de 5 a 10 anos” (12%), “acima de 10 a 15 anos” (5%), “acima de 15 a 20 anos” (9%) e “acima de 20 anos” (14%).

Ainda sobre o perfil dos entrevistados foi identificado que 93% são estatutários e 7% celetistas, demonstrando que há a contratação de terceirizados que atuam diretamente nesta área. Os cargos destes servidores são: assistente em administração (35%), administrador (28%), contador (9,3%), economista (7%), auxiliar em administração, professor, técnico em contabilidade, técnico em laboratório, assessor técnico, assistente de importação, analista em comércio exterior, técnico em assuntos educacionais e secretária executiva representam 2,3% cada.

A escolaridade dos entrevistados compreende: pós-graduado *lato sensu* (46%), superior (16%), mestre (14%), doutor e mestrando com 7% cada, e superior incompleto e pós-

graduando *latu sensu* (5%) cada. Considerando que 17% dos entrevistados que atuam na área de importação estão cursando os referidos programas, ou seja, em processo de desenvolvimento dos estudos, é possível a geração, e assim contribuição, de futuros estudos sobre a área em que atuam.

Em relação à questão de ter função na atividade exercida dentro do departamento, 47% afirmam possuir algum tipo de função e 53% não possui.

Uma questão relevante é que 65% afirmaram não ter recebido capacitação e 35% afirmam ter recebido, considerando que a área de importação é um tanto quanto peculiar, com legislação e procedimentos específicos, este ponto deve ser tratado com atenção. Acrescenta-se que a realização de procedimentos indevidos acarreta infrações e conseqüentemente penalidades que geram prejuízo para a administração pública.

Na visão dos entrevistados que participaram de capacitações, as instituições de destaque no segmento em treinamentos na área de importação foram: a empresa Aduaneiras (47%), seguida pela Universidade Federal do Paraná - UFPR e Escola de Administração Fazendária – ESAF com 16% cada, as demais instituições foram citadas uma vez.

Tendo em vista o questionamento sobre se considera suficiente a capacitação/treinamento formal para o desempenho das atividades, foi utilizada a seguinte correspondência: “Concordo Totalmente” (5), “Concordo” (4), “Indiferente” (3), “Não Concordo” (2) e “Não Concordo Totalmente” (1), sendo que a média obtida foi de 3,53; refletindo a importância atribuída pela maioria dos entrevistados em relação a treinamentos para atuar na área.

A partir do Quadro 3 é apresentado um panorama geral que visa caracterizar o processo de importação realizado pelas universidades federais.

Quadro 5: Panorama Caracterização Processo de Importação nas Universidades Federais

Caracterização do Processo de Importação nas Universidades Federais
Número de pessoas no setor: 72% possuem no máximo 2 servidores
Tempo que a universidade realiza importação: “até 1 ano” (3%), “1 a 3 anos” (3%), “3 a 5 anos” (9%), “5 a 10 anos” (17%), “10 a 15 anos” (9%), “15 a 20 anos” (25%) e “acima de 20 anos” (34%)
Grau máximo da atividade no organograma: “seção” (37%), “divisão” (18%), coordenação (15%), “setor” e “departamento” com 12% cada e “não faz parte do organograma” (6%)
Finalidade importação: 97% pesquisa científica e tecnológica (Lei nº 8.010/1990) e 42% ensino (Lei nº 8.032/1990)
54% não realizam o desembaraço aduaneiro na mesma cidade da instituição
66% não realizam contato com os principais órgãos anuentes na mesma cidade da instituição
Terceirizados contratados: 77% agente de cargas, 66% despachante e 63% seguradora
Modalidades de pagamento adotadas: “pagamento antecipado” (80%), “pagamento à vista” (40%) e “carta de crédito” (29%);

Continua

Principais unidades demandantes: “faculdades, departamentos, centros, núcleos e laboratórios” (97%), “hospital universitário” (29%)
Margem para Variação Cambial: 31% não incluem margem para variação cambial
Fonte Recursos Importação: 97% Capes; 83% CNPq; 71% Finep; 66% recurso próprio; 11% fundação
23% não realizam comparativo de compra no mercado nacional e internacional
Interação com outras universidades: 58% avaliou positivamente. Destaque para: UFPR, UFRGS e UNB
51% utilizaram o “Importa Fácil Ciência”
21% das universidades possuem manual sobre processo de importação institucionalizado
Principais origens produtos importados: EUA e Europa

Fonte: Dados de pesquisa (2016)

Um dos pontos à serem analisados que merece destaque é sobre o efetivo que atua na área de importação das universidades federais, a partir da Tabela 6 é possível avaliar este quantitativo.

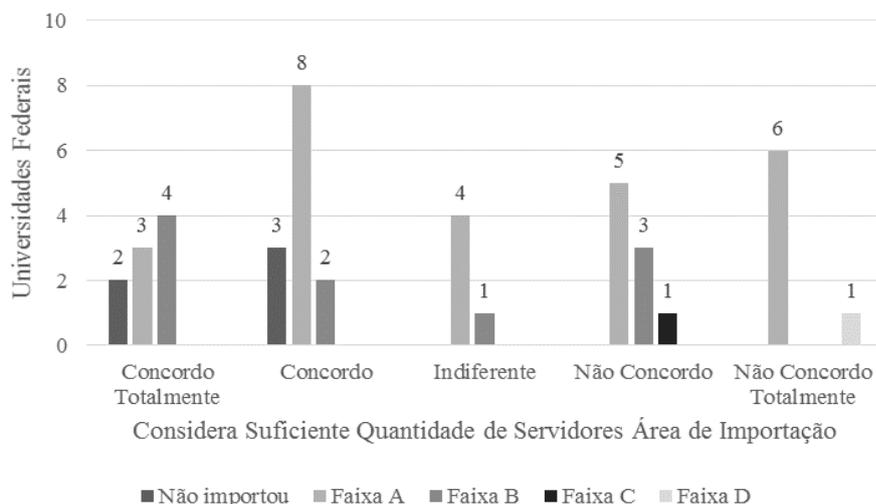
Quadro 6: Número de funcionários na área de importação nas universidades federais

Número de funcionários na importação	Qtde	%
1 funcionário	9	26%
2 funcionários	16	46%
3 a 5 funcionários	8	23%
6 a 10 funcionários	2	6%
Acima de 10 funcionários	0	0%

Fonte: Dados de pesquisa (2016)

A partir do Quadro 6, observa-se que a quantidade de funcionários que atuam nesta área é um número reduzido, composto por no máximo 2 pessoas. Ademais, foram analisadas as respostas dos 43 entrevistados no que diz respeito à avaliação sobre a quantidade de servidores atuantes no atendimento da demanda da área de importação da instituição e a respectiva faixa de valor importado, conforme Gráfico 8.

Gráfico 8: Quantidade de Servidores Suficiente para Atendimento da Demanda no Departamento de Importação e Faixa de Valor Importado (ano de 2015)



Fonte: Dados de pesquisa (2016) e Pesquisa MDIC (2016) e

Um aspecto interessante identificado é que apesar da avaliação ter sido negativa referente ao número de servidores atuantes na área de importação por parte de 16 entrevistados (37%), compreende neste rol as universidades que mais importaram no ano de 2015 (Faixa C e Faixa D).

Outra questão é que os servidores de cinco instituições que não importaram no ano de 2015 avaliaram positivamente sua satisfação em relação ao quantitativo para atendimento da demanda no setor.

Ainda, no que diz respeito ao questionamento sobre a quantidade de servidores ser suficiente na área de importação foi utilizada a seguinte correspondência: “Concordo Totalmente” (5), “Concordo” (4), “Indiferente” (3), “Não Concordo” (2) e “Não Concordo Totalmente” (1), sendo que a média obtida foi de 3,19; ou seja, no geral há satisfação em relação a este quesito.

Em relação ao tempo em que as universidades realizam importação foi identificado que 59% das instituições realizam a atividade a mais de 15 anos, sendo: “até 1 ano” (3%), “acima de 1 a 3 anos” (3%), “acima de 3 a 5 anos” (9%), “5 a 10 anos” (17%), “10 a 15 anos” (9%), “15 a 20 anos” (25%) e “acima de 20 anos” (34%).

Outra questão diz respeito à estrutura em que está inserida a área de importação no organograma da universidade federal. Mintzberg (2011) pontua que as organizações são estruturadas para capturar e dirigir os sistemas de fluxos e para definir os inter-relacionamentos das diferentes partes, sendo que esses fluxos e inter-relacionamentos são forçosamente lineares na forma, com um elemento posicionando-se claramente após o outro.

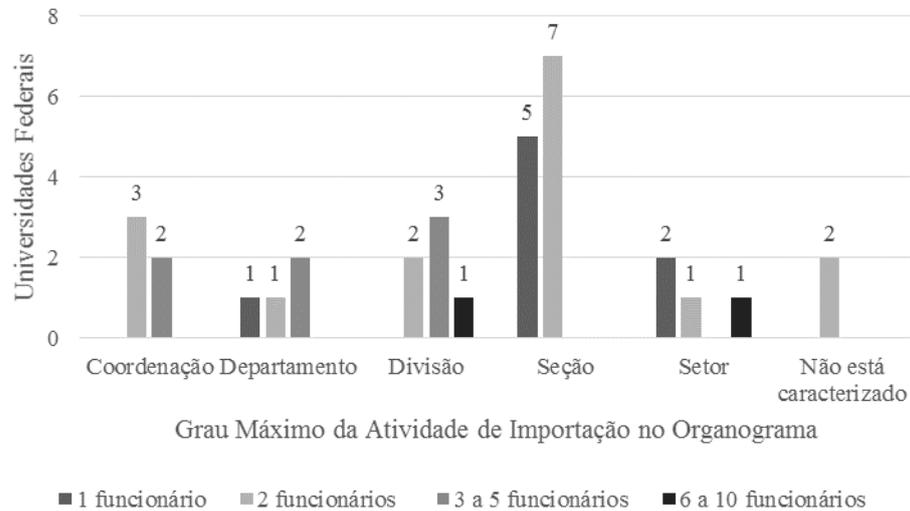
Nesse sentido, a figura do organograma é de suma importância, segundo Schermerhorn (2011) trata-se de um diagrama que mostra as relações hierárquicas e a disposição formal dos postos de trabalho dentro de uma organização.

Tendo em vista a existência de peculiaridades que distinguem as instituições estudadas, não é possível padronizar uma estrutura e/ou organograma único, desta forma propõe-se investigar em que estrutura está inserida a área de importação. O autor Schermerhorn (2011) complementa que não existe uma estrutura que seja melhor para atender as necessidades em todas as circunstâncias, a mesma deve ser vista como uma contingência, ou seja, quando os ambientes e situações mudam, as estruturas também devem ser alteradas.

Assim, foi questionado aos entrevistados como é caracterizado no organograma o grau máximo da atividade de importação, sendo: “seção” (37%), “divisão” (18%), “coordenação” (15%), “setor” e “departamento” com 12% cada, e “não faz parte do organograma, estando

inserido nas atividades do setor de compras diretas” (6%). Este questionamento não foi respondido por 2 universidades, sendo desconsiderado no cálculo da porcentagem.

Gráfico 9: Grau Máximo da Atividade de Importação no Organograma da Universidade Federal por Funcionários na Área de Importação por Universidade Federal



Fonte: Dados de pesquisa (2016)

Considerando que o status de “coordenação” e “divisão” dão uma maior visibilidade e relevância dentro da estrutura organizacional da universidade, pois demonstra a existência de uma estrutura com “gerentes intermediários”, apenas 11 das instituições analisadas (33%) se enquadram nesta análise, conforme verificado no Gráfico 9.

Acrescenta-se que justamente na denominação de “coordenação” e “divisão” o quantitativo atuante na instituição varia entre 2 a 10 funcionários. Outro ponto é que das 11 universidades que se enquadram neste status, 9 delas realizam importação a mais de 10 anos, pressupondo que o fator tempo de realização da atividade tenha influência para que a atividade tenha um maior status e relevância dentro do organograma da instituição.

Ademais, contribui Mintzberg (2011) ao expor que à medida que a organização cresce e adota uma divisão mais complexa do trabalho entre seus operadores, aumenta a necessidade de supervisão direta, ou seja, torna-se obrigatória a necessidade de um gerente em tempo integral.

No que diz respeito à finalidade de destino das importações que as universidades realizam, admitindo-se mais de uma opção de resposta, verificou-se que 97% das instituições avaliadas utilizam a modalidade com finalidade exclusiva para pesquisa científica e tecnológica, objeto deste estudo e modelo contemplado pela Lei nº 8.010/1990.

Por outro lado, apenas 46% das instituições analisadas destinam a finalidade de sua importação para o ensino, conforme estabelecido na Lei nº 8.032/1990.

Foi questionado sobre os tipos de enquadramento utilizados nos processos de importação, sendo eles conforme a Lei nº 8.666/1993: dispensa art. 24, XXI¹ com 97% de incidência; inexigibilidade (art. 25) com 49%; inviabilidade de competição (art. 25, caput) com 46%; licitação internacional 6% e outros 6%.

Quanto a facilidade no acesso para se realizar o desembaraço aduaneiro, ou a efetiva entrega da mercadoria ao importador, para fins de otimização do processo, 54% das universidades não realizam o desembaraço na mesma cidade da instituição e 46% realizam.

Os órgãos anuentes são aqueles que realizam uma análise complementar na mercadoria a ser importada, conforme sua área de competência, sendo esta avaliação pelo órgão competente considerada como pré-requisito para efetivação da importação de mercadorias específicas. Neste contexto, 66% das universidades federais não realizam contato com os principais órgãos anuentes na cidade de origem.

Foi possível observar que devido muitas universidades estarem localizadas fora dos grandes centros, acabam realizando o desembaraço aduaneiro e contato com os órgãos anuentes em outras cidades, conseqüentemente dessa forma, acabam por gerar gastos adicionais com deslocamento.

Uma peculiaridade que exemplifica a situação citada ocorre quando são realizadas aquisições de produtos e/ou equipamentos importados de grande porte, a cidade até mesmo possui aeroporto em funcionamento, contudo não é possível o desembarque da mercadoria por ser de grande porte, desta forma, é necessária a realização do desembarque aéreo em localidade que possibilite o acesso de avião cargueiro, e, posteriormente, a realização de transporte terrestre, o que acaba onerando ainda mais a aquisição.

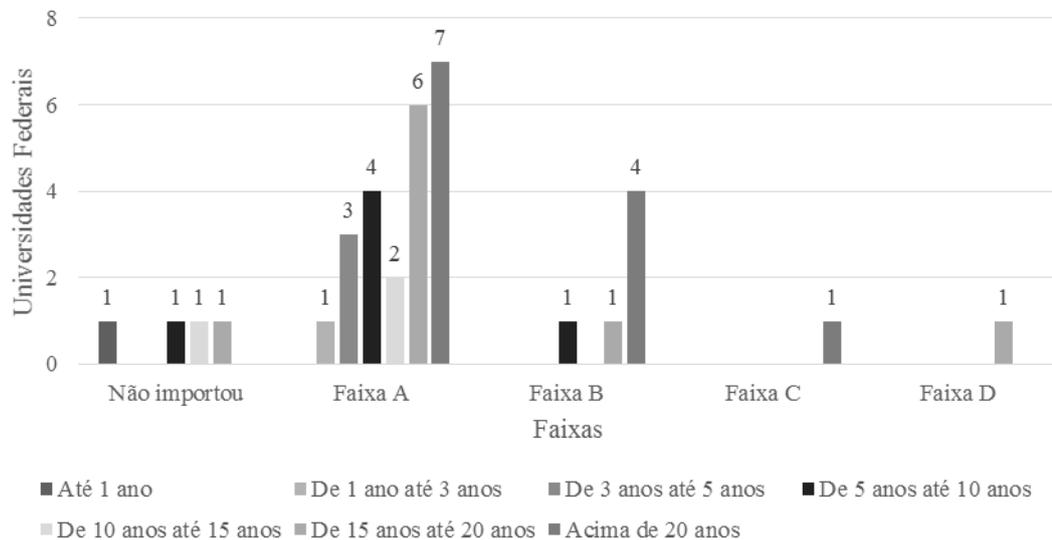
Furlan e Pinto (2015) esclarecem sobre os procedimentos de fronteira, os quais são aplicados por órgãos governamentais com o intuito de proteger o país contra a entrada ou a saída de bens irregulares; ou que ameacem a economia ou que degradem a biodiversidade local.

Com o objetivo de avaliar o volume anual de compras de importados que as instituições efetivam, foi abordado nos questionários enviados às 35 instituições o número de processos abertos por ano na instituição e o valor em moeda, contudo optou-se por utilizar como

¹ Foi alterado recentemente pela Lei 13.243/2016, para a seguinte redação: “para a aquisição ou contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento, limitada, no caso de obras e serviços de engenharia, a 20% do valor de que trata a alínea “b” do inciso I do caput do art. 23”.

referência nesta interpretação o volume de faixa de valor importado disponibilizado pelo MDIC (ano de 2015), para tornar mais fidedigno possível a análise dos dados, conforme Gráfico 10.

Gráfico 10: Faixa de Valor Importado no ano de 2015 por Tempo que Universidade Federal Realiza Importação

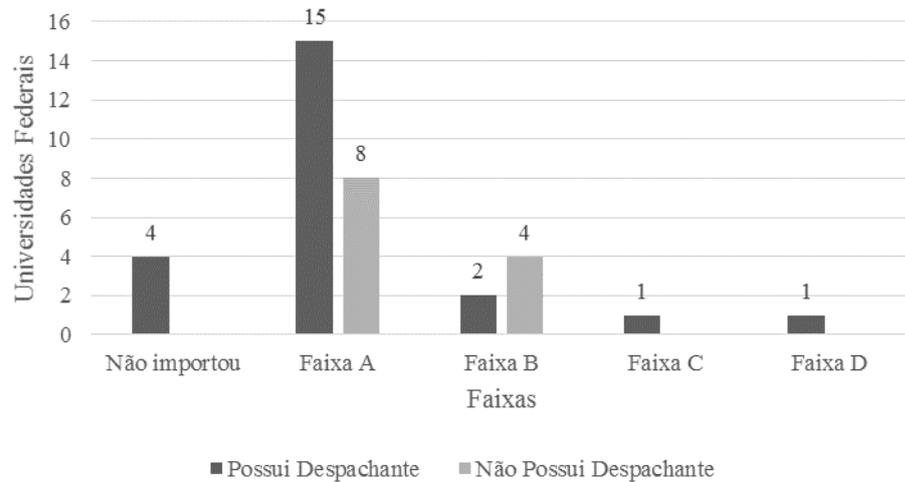


Fonte: Dados MDIC (2016) e Dados de pesquisa (2016)

A partir do Gráfico 10 é possível observar uma maior concentração na Faixa A, caracterizada por 23 instituições (66%) as quais atuam na área de importação a partir de 1 ano e até mesmo acima de 20 anos. Ou seja, o fator tempo de realização de importação não necessariamente vai influenciar no volume compra de importados realizado pela universidade.

Os terceirizados são contratados pela universidade como apoio ao processamento da importação, admitindo-se mais de uma opção, são: “agente de cargas” responsável pela logística de transporte para a mercadoria chegar no país de destino, 77% das universidades avaliadas fazem este tipo de contratação; “despachante”, profissional que representa o importador perante os órgãos no processo de importação (66%); “seguradora”, diz respeito ao seguro contratado para o transporte da mercadoria (63%); “parte da equipe de importação” (6%) diz respeito aos funcionários terceirizados que atuam diretamente no setor de importação (já identificado anteriormente) e “não há terceirizados contratados” (6%).

O despachante aduaneiro é o responsável pela intermediação da operacionalização da importação, e, no caso, pode representar a universidade frente aos órgãos intervenientes. A contratação do serviço de despachante ocorre por parte de 23 universidades entrevistadas (66%), inclusive nas duas universidades que mais importaram em volume no ano de 2015, no caso UFRGS e UFRJ, conforme observado no Gráfico 11.

Gráfico 11: Faixa de Valor Importado em 2015 por Contratação Despachante Aduaneiro

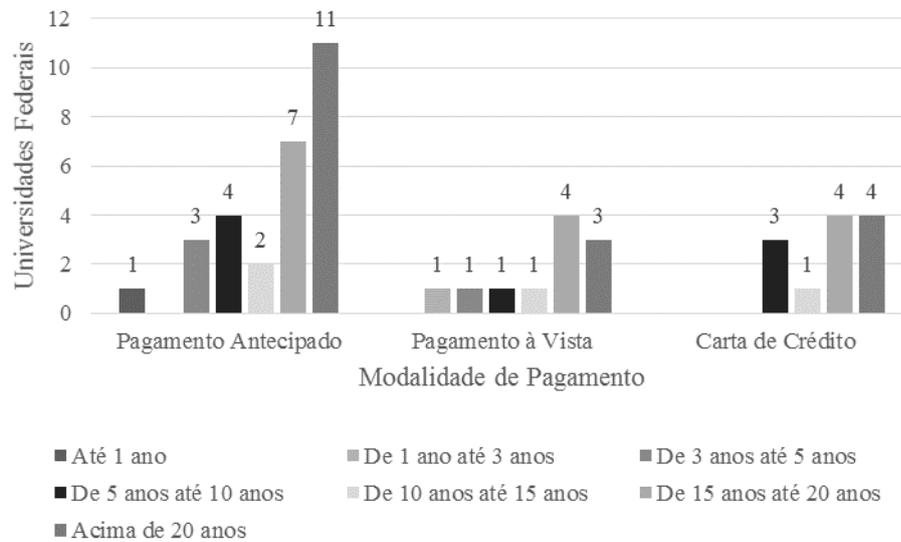
Fonte: Dados MDIC (2016) e Dados pesquisa (2016)

É possível observar, a partir do Gráfico 11 que a contratação de despachante aduaneiro não é uma condição determinante para que se tenha um maior volume de importação, tanto que 4 (17%) das instituições que possuem despachante não importaram, e 15 (65%) importaram na Faixa A, conforme dados MDIC – 2015, ou seja, não houve mudança significativa no patamar do volume importado, apesar de haver o custo adicional nesta contratação.

Desta forma, supõe-se que o custo-benefício nesta contratação não é necessariamente vantagem para as universidades, tendo em vista os seguintes fatores: I) A contratação de despachante não necessariamente reflete no volume de importações; II) A mão de obra existente nas universidades, em sua maioria, serem funcionários de carreira.

Quanto às modalidades de pagamento adotadas nas universidades, admitindo-se mais de uma opção, sendo: “pagamento antecipado” 80% das universidades, esta é a modalidade mais segura para o exportador, pois o mesmo recebe o valor da mercadoria antes do embarque ser realizado; “pagamento à vista” (40%), é aquele realizado anteriormente ao desembarço da mercadoria; “carta de crédito” (29%), é o procedimento mais oneroso, porém o mais seguro para ambas as partes, por envolver bancos que exigem o cumprimento de requisitos específicos para sua efetivação.

Gráfico 12: Modalidade de Pagamento Adotada na Aquisição de Importado por Tempo que Universidade Federal Realiza Importação



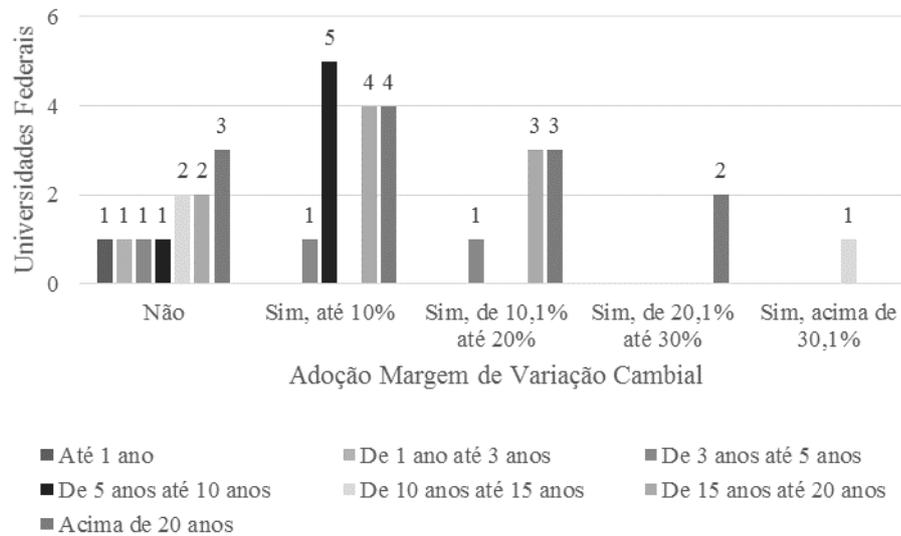
Fonte: Dados de pesquisa (2016)

A partir do Gráfico 12 é possível identificar que até mesmo as universidades federais que possuem um tempo maior de atuação na área de importação, utilizam a modalidade de pagamento antecipado (20 universidades entrevistadas com mais de 10 anos de atuação). Já a modalidade carta de crédito é adotada por instituições com no mínimo 5 anos de experiência na área.

Com o objetivo de identificar os principais setores demandantes de produtos importados dentro da universidade, admitindo-se mais de uma opção, foi identificado: “faculdades, departamentos, centros, núcleos e laboratórios” citado por 97% das universidades, “hospital universitário” (29%) e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (6%).

Foi possível identificar que as instituições entrevistadas que importam para os respectivos hospitais universitários concentram-se naquelas que atuam na área de importação a mais de 15 anos (das 10 identificadas, 9 enquadram-se nesta situação).

Ainda, foi questionado se a instituição adota alguma margem para variação cambial no processo de importação, esta margem tem a finalidade de resguardar a universidade de possíveis imprevistos com as variações do câmbio.

Gráfico 13: Adoção de Margem de Variação Cambial por Tempo que Universidade Federal Realiza Importação

Fonte: Dados de pesquisa (2016)

Conforme apresentado no Gráfico 13, 11 instituições analisadas (31%) não adotam margem para variação cambial, sendo as mesmas com tempo de atuação no processo de importação até mesmo acima de 20 anos. Tendo em vista que a oscilação no câmbio interfere diretamente no recurso que foi previamente determinado na aquisição da mercadoria importada, pode ser considerado um ponto crítico, pois este tipo de risco caso não seja previsto pode onerar todo o processo de importação e, assim, ocasionar prejuízos ao erário.

Como principais fomentadores à pesquisa, identificou-se que as 35 universidades analisadas utilizam recursos financeiros para importações das seguintes fontes, admite mais de uma resposta: “Capes” (97%), “CNPq” (83%), “Finep” (71%), “recurso próprio” (66%), “fundação” (11%) e Petrobrás (6%), outros cinco fomentadores foram citados uma única vez.

Nas transações de comércio internacional são adotados *Incoterms*, (*International Commercial Terms* / Termos Internacionais de Comércio), tratam-se de cláusulas contratuais de compra e venda internacional, as quais estabelecem direitos e obrigações entre as partes. Sobre o assunto, Ratti (2009) pontua que a principal função dessas cláusulas é precisar em que momento o exportador cumpriu suas obrigações, de modo que se possa dizer que, do ponto de vista legal, as mercadorias foram entregues ao importador e que o exportador tem o direito a receber o pagamento estipulado.

Desta forma, os *incoterms* são compostos por 13 siglas de três letras (exemplo: EXW, FCA, FOB, CIF, entre outros) e divididos em 4 grupos, pela ordem: “E”, “F”, “C” e “D”, cada grupo define o grau de responsabilidades tanto do exportador quanto do importador. Ou seja,

para o grupo “E” existe a mínima obrigação para o exportador, por outro lado, no grupo “D” ocorre a máxima obrigação para o exportador, conforme observado no Quadro 7.

Quadro 7: *Incoterms* – grupamentos e conceitos

GRUPO	E	F	C	D
	de EX	de FREE	de COST	de DELIVERY
CONCEITO	Mercadoria à disposição do importador na origem	Transporte principal não pago pelo exportador	Transporte principal pago pelo exportador	Entrega da mercadoria ao importador no destino
	<i>Mínima obrigação para o exportador</i>			<i>Máxima obrigação para o exportador</i>
INCOTERMS	EXW	FCA FAS FOB	CFR CIF CPT CIP	DAF DES DEQ DDU DDP

Fonte: Faro e Faro (2010, p. 34)

A partir do levantamento, admitindo-se mais de uma opção, foi identificado: “FCA – *Free Carrier*” (83%); “EXW – *Ex Works*” (66%); “FOB – *Free on Board*” (46%); “CIF – *Cost, Insurance and Freight*” (37%); “CIP – *Carriage and Insurance Paid to*” (23%); “CPT – *Carriage Paid to*” (20%); “CFR – *Cost and Freight*” (20%); e “DAP – *Delivered at Place*” (6%).

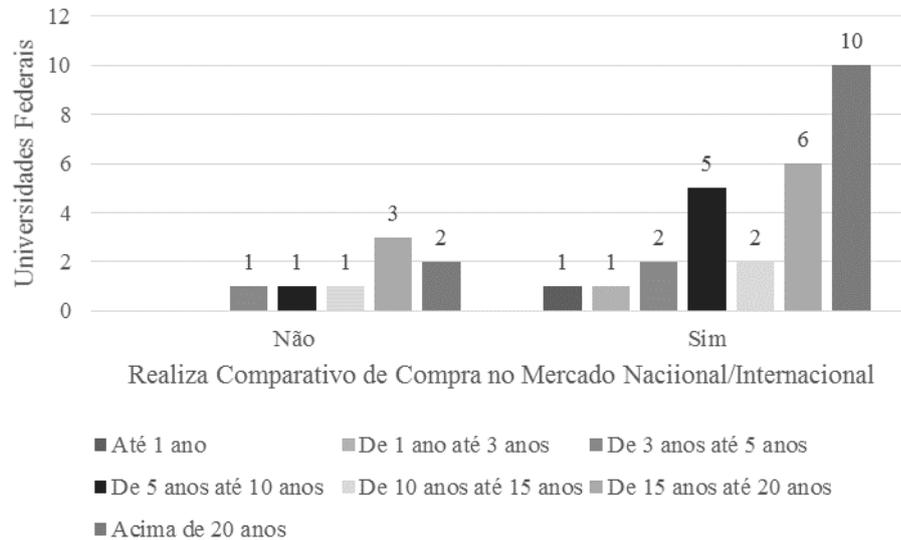
Com a análise deste item, é possível observar que os principais *incoterms* utilizados nas importações realizadas pelas universidades federais encontram-se nos grupos “E” e “F”, ou seja, grupos em que a obrigação é considerada mínima ou próximo do mínimo para o exportador, passando a maior responsabilidade para as instituições contratantes. Desta forma, tendo em vista a maior responsabilidade para o importador (no caso universidade federal) reforça ainda mais a importância na contratação do terceirizado seguradora nesta transação.

Neste estudo optou-se por abordar em linhas gerais somente os principais *incoterms*. FCA e FOB correspondem quando a mercadoria é entregue a um transportador internacional indicado pelo comprador, sendo que FCA pode ser utilizado em qualquer modalidade de transporte (aquaviário, aéreo e terrestre); FOB destina-se exclusivamente ao transporte aquaviário (marítimo, fluvial ou lacustre). Na modalidade EXW a mercadoria é entregue ao comprador no estabelecimento do vendedor, aplicável a qualquer modalidade de transporte.

Outro ponto é se as universidades realizam um comparativo entre o mercado nacional e internacional, demonstrando as diferenças entre tempo e economia de recursos. Este comparativo tem a finalidade de ponderar se é mais vantajoso para a administração pública

adquirir a mercadoria importada, ou se a mercadoria pode ser obtida no mercado nacional com preço e qualidades compatíveis com o mercado internacional.

Gráfico 14: Realização de Comparativo de Compra no Mercado Nacional e Internacional por Tempo de Realização Importação por Universidade Federal



Fonte: Dados de pesquisa (2016)

Conforme observado no Gráfico 14 é possível identificar que apesar da maioria das instituições analisadas (77%) afirmarem realizar o comparativo entre o mercado nacional e internacional, ainda, tem-se que 8 instituições (23%) alegam não realizar este procedimento, sendo que o tempo de atuação na área destas varia de 5 até acima de 20 anos.

No que se refere à avaliação sobre a interação em relação ao processo de importação com outras universidades federais se contribui no desenvolvimento das atividades, foram obtidas as respostas: “Concordo Totalmente” (35%), “Concordo” (23%), “Indiferente” (23%), “Não Concordo” (12%) e “Não Concordo Totalmente” (7%). As universidades que mais se destacam nesta interação são apresentadas na Tabela 4.

Tabela 4: Interação com outras universidades federais sobre o processo de importação

Qual universidade tem maior interação?	Qtde	%
UFPR	10	29%
UFRGS	3	9%
UNB	3	9%
UFPA	2	6%
UFRN	2	6%
UFG	2	6%
UFBA	2	6%
UFRB	1	2,9%
USP	1	2,9%
UFSC	1	2,9%
UFMG	1	2,9%
UFB	1	2,9%
UNIFESP	1	2,9%
UNABC	1	2,9%
UFT	1	2,9%
UNIFEI	1	2,9%
UFIS	1	2,9%

Fonte: Dados de pesquisa (2016)

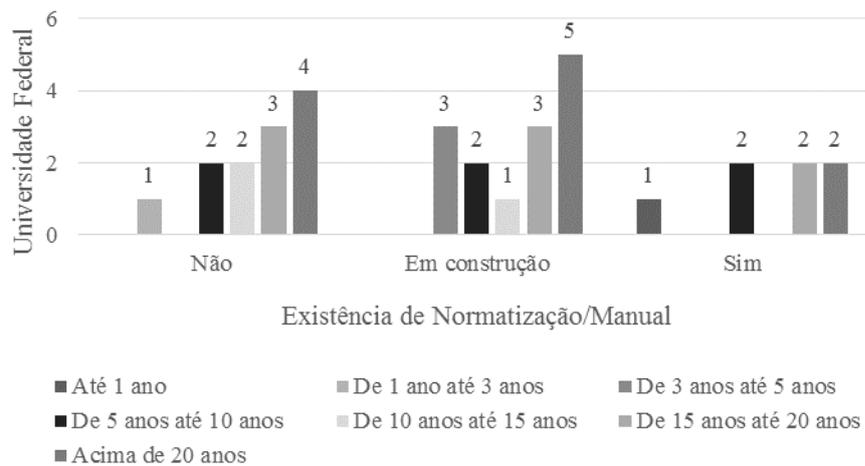
Neste questionamento foi utilizada a seguinte correspondência: “Concordo Totalmente” (5), “Concordo” (4), “Indiferente” (3), “Não Concordo” (2) e “Não Concordo Totalmente” (1), sendo que a média obtida foi de 3,67, ou seja, em sua maioria os entrevistados interpretam como um fator positivo a interação com as demais instituições. As universidades com maior destaque nesta interação são a UFPR, UFRGS e UNB.

Apesar de ser possível realizar a importação no nome do pesquisador, apenas 31% das instituições avaliadas realizam o procedimento desta forma. Outro ponto que tem relação direta com o pesquisador foi o levantamento de que 59% utilizam o “cartão pesquisa”, este cartão é um meio de pagamento que o pesquisador pode utilizar para agilizar o gerenciamento de recurso disponível em sua pesquisa.

Uma opção simplificada para realização de importação com a finalidade de pesquisa é através do “Importa Fácil Ciência”, serviço disponibilizado pelo Correios, porém o valor permitido é de até US\$ 10.000,00. No levantamento proposto 51% das universidades afirmam já ter utilizado este serviço nos últimos 3 anos e 49% não utilizaram.

No que diz respeito se a universidade possui um manual sobre o processo de importação institucionalizado, sendo as respostas: “sim” (21%), “não” (36%) e “em construção” (43%).

Gráfico 15: Existência de Normatização/Manual sobre o Processo de Importação devidamente Institucionalizado por Tempo de Realização de Importação por Universidade Federal



Fonte: Dados de pesquisa (2016)

A partir do Gráfico 15 é possível identificar que até mesmo instituições que atuam a um tempo considerável na área de importação (acima de 20 anos), não possuem manual ou o mesmo está em processo de construção, ou seja, o fator tempo de realização de importação por universidade federal não necessariamente determina que a temática tratada seja institucionalizada de fato.

Ao serem questionados se a universidade realiza exportação, a mesma é realizada quando há a necessidade de conserto, reparo ou restauração da mercadoria importada; 49% afirmaram já ter realizado.

A principal origem de produtos importados é proveniente dos EUA, para 91% das universidades pesquisadas. A segunda principal origem apontada foi a Europa (79%), desta forma é possível deduzir que, enquanto questão estratégica, essas aquisições almejam equiparar-se ao uso da tecnologia de países e/ou regiões mais desenvolvidas.

Foram tabuladas em grupos as principais dificuldades identificadas pelos entrevistados, sendo a mais citada referente à interação com a procuradoria jurídica, e em seguida sobre os recursos financeiros e limite orçamentário serem insuficientes, conforme maiores detalhes na Tabela 5.

Tabela 5: Principais dificuldades citadas sobre o processo de importação realizado pelas universidades federais

Principais Dificuldades	Qtde	%
Interação com a procuradoria jurídica	6	14%
Recursos financeiros e limite orçamentário serem insuficientes	5	12%
Interação com o pesquisador	3	7%
Dificuldade de capacitação prática/escassos treinamentos	3	7%
Variação cambial	3	7%
Falta de conhecimento dos procedimentos internos e externos	2	5%
Distanciamento do local de desembarço	2	5%
Burocracia nas aquisições	2	5%
Contratação despachantes aduaneiros	2	5%
Legislação	2	5%
Processos mal instruídos quanto à justificativa de preços	1	2%
Falta de pessoal	1	2%
Fechamento de Câmbio - Receita Federal	1	2%
Entendimentos divergentes entre órgãos anuentes	1	2%
Falta de visibilidade	1	2%
Acúmulo de atividades	1	2%
Depender de vários órgãos para anuência e deferimento	1	2%
Demora na anuência da licença de importação (Anvisa)	1	2%
Utilização de recursos da Capes	1	2%
Deferimento da licença de importação pelo DECEX	1	2%
Definições de taxas bancárias	1	2%
Falta de apoio da diretoria de compras para realização do processo	1	2%

Fonte: Dados de pesquisa (2016)

Da mesma forma, as sugestões foram tabuladas em grupos, sendo a predominância no quesito “capacitação”, englobando desde mais cursos para os funcionários da área, como para todo o campus da universidade, com o objetivo de esclarecer dúvidas e estabelecer um canal de comunicação entre o pesquisador e a área de importação. O ponto seguinte foi relacionado à “recurso financeiro”, compreendendo mais recursos e agilidade na disponibilização; ademais, “interação com o jurídico” refere-se à maior celeridade e atenção especial deste setor no que diz respeito aos processos de importação, as demais pontuações podem ser observadas na Tabela 6.

Tabela 6: Principais sugestões citadas sobre o processo de importação realizado pelas universidades federais

Principais Sugestões	Qtde	%
Capacitação	9	33%
Recurso financeiro	3	11%
Interação com o jurídico	3	11%
Promoção da interação entre universidades	2	7%
Criação manual de importação	2	7%
Desburocratização da importação	1	4%
Unificação/padronização leis	1	4%
Instituição de uma política nacional de Inovação e Pesquisa	1	4%
criação de um órgão único, para lidar com as importações (anuência e deferim	1	4%
Licitação de despachante aduaneiro	1	4%
Criação de um setor de importação	1	4%
Normatização pela AGU no entendimento da lei 8666/90, art. 24 e 25	1	4%
Legislação própria	1	4%

Fonte: Dados de pesquisa (2016)

Desta forma, estas foram as pontuações contempladas no questionário, as quais possibilitaram dimensionar os principais quesitos desta área peculiar nas universidades federais.

Dando continuidade ao diagnóstico proposto, será apresentada a análise SWOT ou chamada no Brasil de Análise FOFA (forças, oportunidades, fraquezas e ameaças) é uma ferramenta que permite avaliação dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças de uma empresa. Para Thompson (2000) esta análise enfatiza o princípio básico de que a estratégia deve produzir um bom ajuste entre a capacidade interna da empresa (seus pontos fortes e fracos) e suas circunstâncias externas (refletidas em parte por suas ameaças e oportunidades).

Oliveira (2011) faz uma ressalva interessante sobre o assunto ao pontuar que para não se forçar uma avaliação colocando em determinado fator como ponto forte ou fraco, podem ser estabelecidos pontos neutros, estes são variáveis internas e controláveis que foram identificadas, contudo, no momento, não existem condições de estabelecer se estão proporcionando uma condição que possa ser favorável ou desfavorável para a empresa. Neste contexto, segue o Quadro 8.

Quadro 8: Caracterização Processo de Importação nas Universidades Federais a partir da Análise SWOT

PONTOS FORTES
Fator mão de obra tem influência no processo de importação
Principais universidades importadoras possuem mais programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>
Principais origens de importados proveniente de regiões desenvolvidas
PONTOS FRACOS
Existência de contratação de terceirizados (celetistas) atuantes diretamente na importação
Baixo percentual da mão de obra afirma ter recebido capacitação
Mais da metade das instituições não realizam o desembaraço na mesma cidade da instituição
Pagamento Antecipado é a principal modalidade de pagamento adotada
Existência de universidades que não consideram margem de segurança para variação cambial
Existência de universidades que não realizam comparativo entre mercado nacional e internacional
OPORTUNIDADE
Baixo percentual de universidades que importam para seus HU's
Baixo percentual de importação para o Ensino (Lei 8.032/1990)
Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação não constam cargos específicos na área de comércio internacional
Alterações introduzidas pela Lei 13.243/2016
Área de importação em processo de formação
AMEAÇA
Variação Cambial

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Os pontos fortes ou forças têm relação com questões internas da organização, que estão sob sua influência. Nesse sentido, o primeiro ponto citado é em relação à mão de obra, pois identificou-se que a mesma exerce influência e é até mesmo condição para a universidade realizar ou não realizar o processo de importação; sendo assim, pode ser considerada como ponto forte tendo em vista a possibilidade de exploração de seus recursos humanos para o desenvolvimento da área tratada.

Ainda, em relação ao perfil dos funcionários que atuam na área de importação é interessante destacar o pouco tempo que desenvolvem as atividades, 44% dos entrevistados atuam no máximo há 3 anos.

Outra questão observada foi a relação existente entre as principais universidades importadoras no país e a quantidade de programas de pós-graduação *stricto-sensu* que as mesmas possuem, validando o objetivo da Lei nº 8.010/1990, que é estimular o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica no país.

Em relação às principais origens de produtos importados serem de regiões tidas como desenvolvidas (no caso, Estados Unidos e Europa), pressupõem-se que essas aquisições possibilitem equiparar-se à tecnologia de ponta utilizada nestas regiões mais desenvolvidas, e assim, favorecer a pesquisa realizada no Brasil.

Os pontos fracos ou fraquezas também têm relação com questões internas da organização, sugerindo-se neste levantamento os pontos que seguem. O primeiro é em relação ao vínculo do funcionário atuante na área de importação com a universidade, foi identificada a

existência de contratação de 7% destes como celetistas (terceirizados), ou seja, fato que demonstra certa fragilidade e instabilidade no vínculo da contratação desta mão-de-obra.

Outra questão é que somente 35% dos entrevistados afirmaram ter recebido capacitação/treinamento. Tendo em vista que os funcionários que lidam com a importação realizam procedimentos específicos, seja no Siscomex – Sistema de Comércio Exterior, procedimentos relacionados a demais instâncias envolvidas, além de utilizar normas específicas, as quais podem gerar ônus para a instituição caso sejam realizadas de forma indevida, deve ser tratado com cautela.

A falta de pessoal ou pessoal capacitado para realizar a atividade é um dos principais motivos que justificam a universidade não realizar importação (50% de ocorrências) reflete a necessidade de investimento em treinamento e capacitação nesta área nas universidades.

Foi identificado que 54% das instituições não realizam o desembaraço na mesma cidade da universidade, o que pode contribuir em maior morosidade no processo de importação, além de incidir em maiores gastos devido ao deslocamento.

Outro ponto que merece destaque, e não há unanimidade, é sobre a forma de pagamento utilizada nas importações, 80% das universidades analisadas afirmam utilizar a modalidade de pagamento antecipado (inclusive grande parte das instituições que atuam a mais de 20 anos na área), sendo que algumas procuradorias jurídicas orientam não utilizá-la, pois pode trazer riscos para a administração pública.

Para Faro e Faro (2010) a modalidade pagamento antecipado é aquela que implica a assunção total de riscos inerentes à operação comercial pelo comprador, tendo em vista que não lhe é assegurado o cumprimento, pelo vendedor, das suas respectivas obrigações, ou seja, embarcar a mercadoria e enviar a documentação necessária para as formalidades do desembaraço aduaneiro no destino.

Na Lei nº 8.666/1993 é apresentado que sempre que possível as compras deverão submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado. Acrescenta ainda o Acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU 3.614/2013:

49. A antecipação de pagamento, em caráter excepcional e vinculada ao interesse público, vem sendo admitida pelo Tribunal de Contas da União, como se observa no seguinte trecho do Voto condutor do Acórdão nº 1.442/2003 - Plenário:
'Quanto ao pagamento antecipado, forçoso reconhecer que ele não é vedado pelo ordenamento jurídico. Em determinadas situações ele pode ser aceito. Mas esta não é a regra. Originariamente o pagamento feito pela Administração é devido somente após o cumprimento da obrigação pelo particular. (...) Julgo mais adequado condicionar a possibilidade de pagamento adiantado à existência de interesse público devidamente demonstrado, previsão no edital e exigência de garantias.'

Como ponto de alerta, a partir do diagnóstico de que 80% das instituições adotam a modalidade de pagamento antecipado, é possível verificar que se encontra em desacordo ao acórdão citado, pois este alto percentual acaba caracterizando regra neste processo, e não caráter excepcional.

Em relação ao fato de que 31% das universidades analisadas não considerarem uma margem de segurança para garantir a variação cambial é tanto quanto preocupante, considerando que muitas vezes a instituição tem que realizar reforço de empenho (ou até mesmo inúmeros reforços de empenho) para prosseguir com o projeto inicialmente previsto.

Outro ponto preocupante é que 23% das universidades analisadas afirmaram que não realizam um comparativo de compra no mercado nacional e internacional, com a finalidade de demonstrar as diferenças entre tempo e economia de recursos.

As oportunidades dizem respeito às forças externas que podem ter influência nas instituições. O primeiro ponto sugerido refere-se à oportunidade de expandir os benefícios da Lei 8.010/1990 para os HU's, tendo em vista que somente 29% destes importam.

Ainda, tem-se que somente 46% das instituições importam com a finalidade de ensino (Lei 8.032/1990), também podendo ser uma oportunidade para expansão. Destaca-se para o fato de que as importações contempladas na referida lei não dispensam o exame de similaridade, fato que pode ter reflexo neste baixo percentual verificado.

Basicamente o exame de similaridade consiste na verificação da existência de produto brasileiro que tenha condições em substituir o estrangeiro, observados alguns parâmetros contemplados na Portaria Secex nº. 23, de 14/07/2011.

Ademais, em relação aos cargos dos técnicos administrativos em educação, conforme verificado na Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, a qual dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, não constam cargos específicos para o desempenho das atividades de comércio internacional (importação e/ou exportação).

Outra oportunidade verificada diz respeito à Lei 13.243/2016, considerada como o marco legal de ciência e tecnologia, esperando-se com as alterações introduzidas na referida lei uma maior aproximação entre as universidades, pesquisadores e empresas privadas.

Outrossim, tem-se que a área de importação ainda está em processo de formação nas universidades federais, não sendo instituída, de fato, demonstrando ser uma área que requer maiores esforços para desenvolvimento e assim consolidação, podendo ser considerada uma

oportunidade para amadurecimento dentro da instituição, juntamente com os demais envolvidos no processo.

Assim como as oportunidades, as ameaças dizem respeito às forças externas que podem ter influência nas instituições. Desta forma, a ameaça identificada é referente à variação da taxa de câmbio, a mesma não poder ser controlada pela organização, porém podem ser utilizados meios que assegurem que a universidade se resguarde em relação a esta variação.

Ainda, como forma de permitir uma visão global sobre o funcionamento do processo de importação realizado nas universidades federais, será apresentado um fluxograma. Esta técnica além de ser a mais tradicional, tende a facilitar a compreensão pois é apresentada de forma gráfica e registra um esboço do processo em análise, podendo ter modificações e/ou adequações conforme singularidade de cada instituição.

O fluxograma proposto representa o processo de importação para pesquisa científica e tecnológica, o mesmo foi elaborado a partir das informações coletadas nas páginas eletrônicas das dez principais universidades federais importadoras do país, coleta realizada no período de 9 a 17 de maio de 2016. Essas instituições tidas como principais importaram no mínimo acima da Faixa A nos anos de 2014 e 2015, dados do MDIC, sendo as seguintes: UNB, UFRJ, UFMG, UFRGS, UFSC, UFPR, Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP e UFABC, conforme apresentado na Figura 1 - Fluxograma Processo de Importação para Pesquisa Científica e Tecnológica.

Considerando que podem haver denominações com algumas variações nas universidades, seguem algumas observações: I) A área de importação foi denominada neste modelo como “Setor de Importação”; II) A área responsável pelas finanças/orçamento foi denominada “Setor Orçamento”; III) O setor jurídico foi denominado “Procuradoria Jurídica”; IV) Foi considerada a denominação como Pró-Reitoria de Administração; V) Não foi considerada a contratação de despachante no modelo proposto.

Assim, o processo tem início a partir do setor demandante/pesquisador, o mesmo preenche formulário/requisição e anexa os documentos necessários. O formulário citado é elaborado e disponibilizado pelo Setor de Importação, o mesmo deve conter as seguintes informações e documentos: Proforma Invoice (espécie de orçamento emitido pelo exportador ou seu representante no Brasil, tem a finalidade de registrar a intenção de venda), projeto de pesquisa, justificativa, indicação de recurso, pesquisa de preço demonstrando a economicidade com a aquisição da mercadoria importada mediante planilha comparativa de

custos, modalidade de pagamento negociada, *incoterm*, descrição detalhada das especificações e aplicação da mercadoria (para a correta classificação da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM), entre outros.

É interessante destacar que caso esta classificação (NCM) seja feita de maneira inadequada, acarreta penalidades para a administração pública, conforme Regulamento Aduaneiro (Decreto 6.759/2009 – Título III – Das Multas) e Lei 10.833/2003.

Nesta fase inicial o papel da área de importação é de suma importância para orientação do setor demandante, especialmente por contemplar aspectos específicos de comércio exterior.

Posteriormente, o Setor de Importação realiza a conferência da documentação, instrução processual e estima o custo na aquisição da mercadoria importada em moeda nacional. Em seguida, o Setor de Orçamento confirma a disponibilidade do recurso, o mesmo estando em conformidade é feito o encaminhamento à Procuradoria Jurídica, em caso negativo o processo é arquivado.

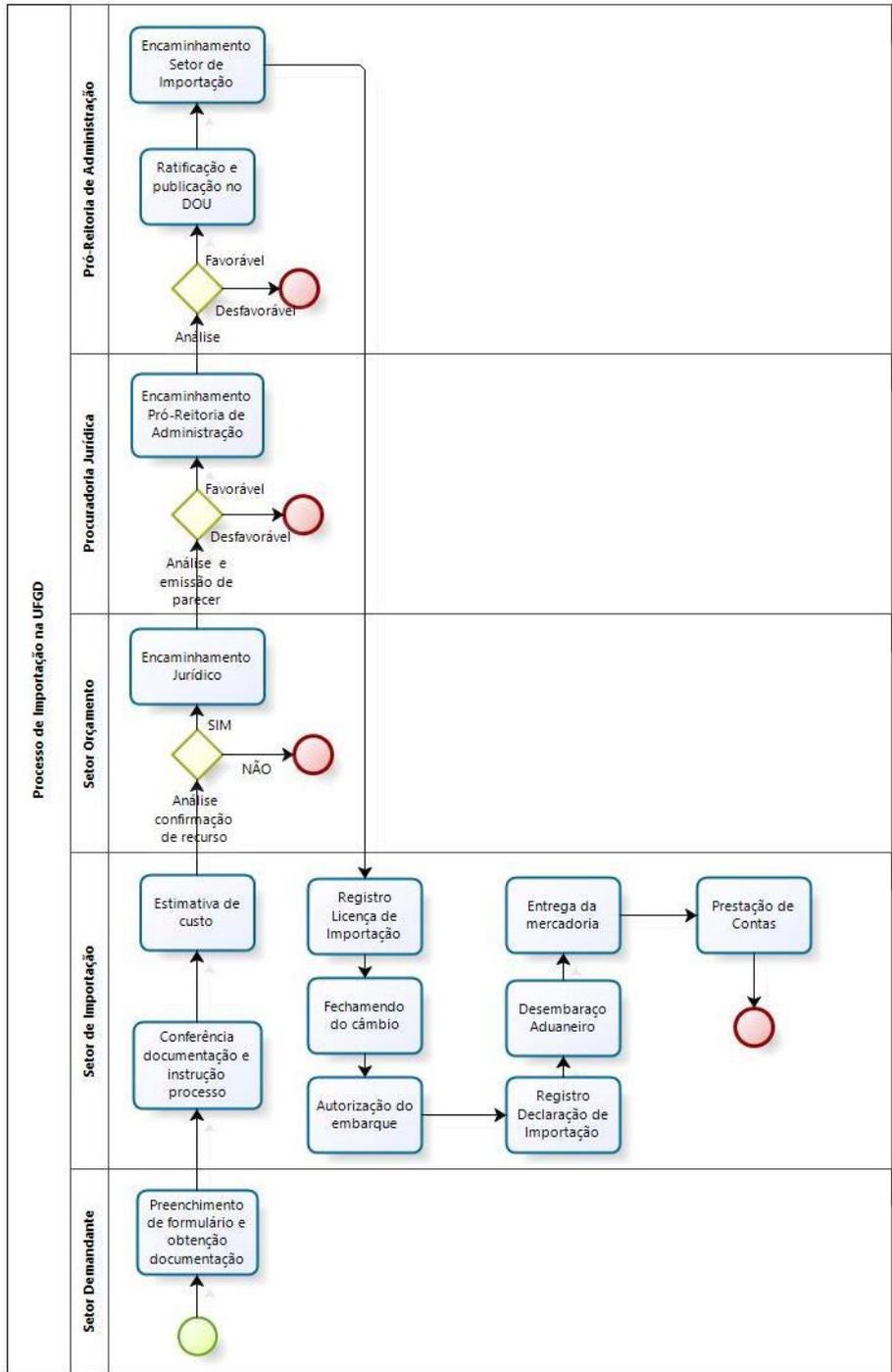
Na Procuradoria Jurídica é realizada análise do processo, emissão de parecer com ou sem ressalva; sendo favorável é encaminhado à Pró-Reitoria de Administração, caso negativo o processo é arquivado.

Na Pró-Reitoria de Administração é feita análise, em caso favorável é realizado enquadramento do tipo de licitação, ratificação e publicação no Diário Oficial da União (DOU), em seguida o processo retorna ao Setor de Importação.

Em seguida, funcionário habilitado pela instituição registra licença de importação no Siscomex e aguarda deferimento. Neste pedido, dentre as várias informações que devem ser inseridas no sistema, deve ser informada a classificação da mercadoria – NCM, a partir desta classificação é determinado quais são os órgãos anuentes que regulamentam a entrada da mercadoria no país.

Após, o Setor de Importação é responsável pelas seguintes ações: fechamento de câmbio, autorização do embarque da mercadoria, registro da Declaração de Importação no Siscomex (com exoneração do ICMS e demais isenções e benefícios previstos em lei), realização de procedimentos específicos de desembaraço aduaneiro para retirada da mercadoria, entrega da mercadoria ao setor demandante e, por fim, pagamento dos prestadores de serviço, prestação de contas e encerramento do processo.

Figura 1 – Fluxograma Processo de Importação para Pesquisa Científica e Tecnológica



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Outrossim, deve-se destacar que não se propõe com a apresentação deste fluxograma uma padronização do processo de importação nas instituições, até mesmo porque não cabe estabelecer uma forma única de proceder, tendo em vista as diferenças existentes entre as universidades federais (porte, localização, aspectos culturais, padronização de procedimentos específicos, entre outros).

Sendo assim, o que se almeja com este modelo é permitir uma visão geral, contribuindo no entendimento do processo como um todo. No tópico seguinte serão apresentadas as proposições.

4.4 Proposições sobre o Processo de Importação nas Universidades Federais

Neste tópico serão elencadas algumas proposições com o intuito de favorecer o desenvolvimento da área de importação nas universidades federais, delimitado por: pessoas, processos e estruturas.

Quadro 9: Proposições por pessoas, estruturas e processos

PESSOAS
Capacitação e treinamento
Participação em eventos e debates
Inclusão cargos área comércio internacional no Plano de Carreiras dos Cargos Técnicos Administrativos
ESTRUTURA
Valorização da área na estrutura organizacional
Expansão benefícios Lei nº 8.010/1990 para os HU's
PROCESSOS
Relevância no planejamento do processo
Fortalecimento e institucionalização da área

Fonte: Elaborado pela autora

Tendo em vista que a mão de obra que operacionaliza o processo de importação é composta, em sua maioria, por servidores de carreira, propõe-se maiores investimentos em capacitação e qualificação desta mão de obra.

Ainda, esta proposição tem respaldo a partir da análise feita anteriormente, de que o valor utilizado na contratação de despachante aduaneiro não necessariamente reflete no volume de importações. Assim, propõe-se que o valor utilizado neste tipo de contratação seja utilizado na capacitação dos servidores para operacionalizarem o processo de importação.

Desta forma, sugere-se haver maiores investimento em qualificação, com o intuito de refletir na otimização do processo e, conseqüentemente, evitar desperdício de recurso público neste tipo de aquisição.

Destaca-se que o investimento em treinamento e capacitação também possibilita um melhor planejamento na efetivação destas aquisições específicas, refletindo em pontos críticos como: margem de variação cambial e comparativo entre o mercado nacional e internacional.

Outro ponto diz respeito à participação dos servidores atuantes na importação em eventos e debates para alinhamento de questões específicas, ponto este imprescindível para alinhar questões tidas como peculiares nesta área, seja tanto na importação voltada para pesquisa científica e tecnológica quanto também ao ensino. Um exemplo desta ação são seminários desenvolvidos pela UFPR e Esaf, citados por 16% dos entrevistados.

Esses eventos são fundamentais no que se refere ao estímulo no desenvolvimento da temática de importação, especificamente para finalidade de pesquisa científica e tecnológica, favorecendo, inclusive, o debate e amadurecimento de questões específicas.

Ademais, acredita-se que a partir de um maior investimento em capacitação e interação entre as instituições, seja possível amadurecer esta área e de fato institucionalizá-la, refletindo na elaboração de manuais específicos sobre o processo dentro das universidades federais.

Outra proposição é a inclusão no rol de cargos, na Lei nº 11.091/2005, cargos específicos para atuação na área de comércio exterior, com requisitos específicos no ingresso desta carreira, desta forma acredita-se que seja possível profissionalizar a mão-de-obra que atuará na área, como cargos de assistente e analista em comércio exterior.

No que diz respeito a estrutura, considerando a importância estratégica da área de importação, propõe-se que a mesma esteja inserida na estrutura organizacional da instituição de forma que demonstre sua relevância, possibilitando maior visibilidade e relevância no contexto em que está inserida. Lembrando que no presente estudo somente 33% das instituições possuem a área de importação com o status de “coordenação” e “divisão”.

Em relação à utilização dos benefícios fiscais, contemplada na Lei nº 8.010/1990, verificou-se que podem ser expandidos para os hospitais universitários, tendo em vista que apenas 29% fazem uso deste processo. Desta forma propõe-se maior integração entre os setores de compras tanto das universidades quanto dos HU's, para que essa relação seja fortalecida e estendida também aos hospitais.

A partir da apresentação do mapeamento do processo de importação, foi possível observar alguns pontos tidos como fundamentais para a aquisição pretendida. Um deles é a questão de planejamento do processo, feito no levantamento das informações pela área demandante (com o auxílio e acompanhamento do setor de importação), são questões específicas que demandam orientação, tais como: modalidade de pagamento, *incoterm*,

comparação entre a aquisição no mercado nacional e internacional, margem de variação cambial, classificação da Nomenclatura Comum do Mercosul, entre outros.

Assim como em outras áreas na administração pública, é possível observar a imprescindibilidade que o processo de importação requer em relação ao seu planejamento, almejando ser, de fato, uma aquisição vantajosa para a instituição.

Tendo em vista que 28% justificaram “não haver demanda” como motivo para não realizar importação, pode ser reflexo da falta de conhecimento do processo e, inclusive, dos benefícios que podem ser utilizados (seja acesso à tecnologia equiparada a países desenvolvidos, com um preço mais acessível devido a utilização de benefícios fiscais, por ser contemplada na Lei nº 8.010/1990).

Outro ponto de destaque é que apenas 21% das instituições analisadas possuem manual ou algum tipo de normatização sobre o processo. Ainda, universidades que atuam a um tempo considerável (acima de 20 anos), não possuem manual ou o mesmo está em processo de construção, ou seja, o fator tempo de realização de importação não necessariamente determina que a temática tratada seja institucionalizada de fato.

Em estudo publicado recentemente, na mesma linha do pretendido, Enke (2016) apresenta o processo de importação que ocorre no âmbito das universidades federais caracterizados como complexos, submetido à considerável burocracia interna e externa, esbarrando na falta de recursos, parca legislação – promotora de diferentes entendimentos pelos analistas jurídicos, desinteresse de atores internos (requerentes/pesquisadores).

Nesse sentido, é possível verificar a necessidade de fortalecimento e institucionalização da área, desta forma, propõe-se maior interação entre os envolvidos, sejam servidores técnicos administrativos, pesquisadores, órgãos anuentes e demais instituições, a fim de promover a consolidação e expansão deste processo. Em seguida seguem as considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi elaborado em um contexto que a partir dos benefícios e isenções estabelecidos na Lei nº 8.010/1990 a compra de equipamentos, materiais ou insumos importados pode possibilitar ao pesquisador acesso à tecnologia de ponta, não encontrada no mercado nacional, favorecendo o desenvolvimento da pesquisa pretendida, além de permitir uma maior aproximação das pesquisas realizadas em países desenvolvidos.

Desta forma, o investimento em infraestrutura, principalmente em áreas estratégicas específicas, acaba sendo fator necessário e até determinante para a realização e desenvolvimento das pesquisas científicas e tecnológicas.

Neste contexto, considerando o presente estudo foi possível analisar o processo de importação operacionalizado pelas universidades federais no Brasil.

Entre as principais constatações foi possível observar:

- A carência de publicações sobre a temática;
- As principais universidades federais que importam possuem o maior número de programas de pós-graduação;
- O fator qualificação da mão de obra exerce forte influência na realização do processo;
- O tempo que a universidade realiza importação não necessariamente determina que o processo seja institucionalizado de fato;
- A modalidade de pagamento adotada e margem de variação cambial são pontos que requerem maior atenção, entre outros.

Como limitações para realização da pesquisa tem-se a dificuldade e/ou impossibilidade no contato, greve, falta de interesse e até mesmo falta de entendimento de alguns servidores em prestar informações. Outra limitação foi a dificuldade encontrada na busca de informações nas páginas eletrônicas de algumas instituições, tendo em vista que algumas páginas continham informações incompletas, confusas e até mesmo inexistentes.

Uma percepção neste levantamento realizado via contato telefônico foi a dificuldade e até falta de entendimento/conhecimento de alguns servidores sobre o processo de importação, inclusive em instituições que possuem um setor específico de importação, e de forma acentuada em universidades que não importam e desconhecem os benefícios concedidos nas aquisições para pesquisa científica e tecnológica, conforme preconizado na Lei 8.010/1990.

Contribui Enke (2016) ao concluir que o processo de importação de bens e insumos para pesquisa científica e tecnológica aproxima-se muito do modelo de administração burocrática, carecendo de um direcionamento para a administração pública gerencial.

Tendo em vista a amplitude de possibilidades dessa temática tão pouco explorada, como perspectivas para estudos futuros sugere-se: realizar levantamento em outras instituições que efetivam importação para pesquisa científica e tecnológica, tais como as fundações; outra possibilidade de estudo é o dimensionamento junto aos pesquisadores sobre o processo de importação realizado na instituição, considerando que foi apontada a dificuldade e até desconhecimento por parte deles neste processo; realizar um dimensionamento do tempo utilizado para a efetivação de um processo de importação com benefícios da Lei 8.010/1990; realizar um estudo específico com base na Lei 8.032/1990 (finalidade para ensino); aprofundar a análise dos custos incidentes nas importações realizadas pelas IES; avaliar os reflexos que a Lei 13.243/2016 (marco legal de ciência, tecnologia e inovação) trouxe para a área, entre outros.

Por fim, como contribuição acredita-se que a abordagem deste trabalho seja uma oportunidade para aprimoramento do processo de importação realizado pelas universidades federais brasileiras, possibilitando oferecer maiores subsídios aos gestores destas, tanto para implantação de um setor de importação, quanto para otimização do já existente.

Para os pesquisadores, a existência de um processo mais eficiente estimula a aquisição, facilita a execução e desenvolvimento das atividades e, como possível contribuição, o avanço mais rápido na ciência.

Ainda, este estudo pode servir como base para demais instituições públicas que realizem ou tenham intenção em realizar a aquisição de produtos importados, incentive e clarifique esta possibilidade para os pesquisadores, viabilizando um formato mais ágil para a sua realização, favorecendo a compreensão sobre o tema e incentivando cada vez mais o debate.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cristiana Paula Matos; AQUINO, Estela M. L.; MOTA, Eduardo. L. A.; MOTA, Fábio Batista; BRAGA, Valéria Cerqueira Campos; LADEIRA, Roberto Marini; SILVA, Gabriela Feiden; SOUZA, Angelita Gomes; OLIVEIRA, Rosalba Experiência de importação de equipamentos para pesquisa no ELSA-Brasil. **Revista de Saúde Pública** [online]. v.47, p. 140-149, 2013.

ANTUNES, Adelaide Maria de Souza; MENEZES, Rodrigo Pio Borges. Geração do conhecimento através da especificação de produtos químicos. **Química Nova** [online]. v. 28, p. 100-103, 2005.

BATISTA, Marco Antônio Cavalcanti; MALDONADO, José Manuel Santos de Varge. O papel do comprador no processo de compras em instituições públicas de ciência e tecnologia em saúde (C&T/S). **Revista de Administração Pública** [online], vol.42, n.4, p. 681-699, 2008.

BERNHEIM, Carlos Tünnermann, CHAUI, Marilena de Souza. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior**. Brasília: Unesco, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26 jul. 2015.

BRASIL. **Decreto nº. 7.482, de 16 de maio de 2011**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7482.htm>. Acesso em: 08 dez. 2015.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal do Brasil. **Instrução Normativa SRF nº. 680, de 02 de outubro de 2006**. Disciplina o despacho aduaneiro. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=15618>>. Acesso em: 08 dez. 2015.

BRASIL. Lei nº 8.010 de 29 de março de 1990. **Dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8010.htm>. Acesso em: 03 fev. 2016.

BRASIL. Lei nº 8.032 de 12 de abril de 1990. **Dispõe sobre a isenção ou redução de impostos de importação, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8032.htm>. Acesso em: 03 fev. 2016.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993: **Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 03 fev. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 14 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. **Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.**

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm>. Acesso em: 03 fev. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. **Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências.**

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm> Acesso em: 3 fev. 2016.

BRASIL. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. **Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm>. Acesso em: 03 fev. 2016.

CAPES. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

CHIARINI, Tulio, VIEIRA, Karina Pereira. Universidades como produtoras do conhecimento para o desenvolvimento econômico: Sistema Superior de Ensino e CT&I. **Revista Brasileira de Economia (online)**. v. 66, n. 1, p. 117-132, 2012.

CNPq. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.** Disponível em: <<http://cnpq.br/competencias/>> Acesso em 25 fev. 2016.

CORTINÃS LOPEZ, José Manoel. **Comércio exterior competitivo**. 3. ed., São Paulo: Aduaneiras, 2007.

CONTINI, Elisio; SÉCHET, Patrick. Ainda há um longo caminho para a ciência e tecnologia no Brasil. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. v. 2, n. 3, p. 30 – 39, 2005. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/57/54>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

CURY, Antônio. **Organização e métodos: uma visão holística**. São Paulo: Atlas, 2000.

D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. **Organização, sistemas e métodos: análise, redesenho e informatização de processos administrativos**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ENKE, Ernani José Fortunato Lisboa. **Gestão de compras internacionais para pesquisa científica: o processo de importação no âmbito das universidades federais brasileiras**. Florianópolis/SC, 2016.

FARO, Ricardo. FARO, Fátima. **Curso de Comércio exterior: visão e experiência brasileira**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FINEP. **Financiadora de estudos e projetos**. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/sobre-a-finep>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

FÓRUM DE REFLEXÃO UNIVERSITÁRIA - UNICAMP. Desafios da pesquisa no Brasil: uma contribuição ao debate. **São Paulo em Perspectiva**. [online]. 2002, vol.16, n.4, pp. 15-23.

FURLAN, P. K.; PINTO, M. M. O. Identificação dos procedimentos de fronteira críticos na importação de cargas containerizadas: estudo do Porto de Santos. **Produção [online]**, vol.25, n.1, p. 183-189, 2015.

FURTADO, André Tosi. Novos Arranjos Produtivos, Estado e Gestão da Pesquisa Pública. **Ciência e Cultura**, vol. 57, n. 1, São Paulo, jan./mar., 2005.

GONÇALVES, José Ernesto Lima. As empresas são grandes coleções de negócios. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 40, n. 1, p. 6 -19, jan./mar., 2000.

HAMMER, Michael. **Reengenharia**: revolucionando a empresa em função dos clientes, da concorrência e das grandes mudanças da gerência. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

JURAN, J. M. **A qualidade desde o projeto**: novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia internacional e comércio exterior**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MANGANOTE, Edmilson José Tonelli. **Organização, sistemas & métodos**. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

MCMAHON, Dominique S.; SINGER, Peter A.; DAAR, Abdallah S.; THORSTEINSDÓTTIR, Halla. Regenerative medicine in Brazil: small but innovative. **Regenerative Medicine**. 5(6), pp. 863-876, 2010.

MINTZBERG, Henry. **Criando organizações eficazes**: estruturas em cinco configurações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Manual de Frascati**: Metodologia proposta para definição da pesquisa e desenvolvimento experimental. F-Iniciativas: 2013.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Ualison Rebula de. PAIVA, Emerson José de. ALMEIDA, Dagoberto Alves de. Metodologia integrada para mapeamento de falhas: uma proposta de utilização conjunta do mapeamento de processos com as técnicas de FTA, FMEA e a análise crítica de especialistas. **Produção**. v. 20, n. 1, p. 77-91, 2010.

OTTOBONI, Célia. PAGNI, Tales Eduardo Monteiro. A importância do mapeamento de processos para a implementação do Balanced Scorecard. **Anais...** Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Ouro Preto, MG, out., 2003.

PACHECO, Carlos Américo. O financiamento do gasto em P&D do setor privado no Brasil e o perfil dos incentivos governamentais para P&D. **Revista USP**, São Paulo, n. 89, p. 256-276, março/maio, 2011.

PETROZZO, Daniel P. **Reengenharia na prática**. São Paulo: Makron Books, 1996.

PINTO, Adilson Luiz; MATIAS, Márcio. Indicadores científicos e as universidades brasileiras. **Revista Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. 3, p. 1 – 18, 2011.

RATTI, Bruno. **Comércio internacional e câmbio**. 11. ed. São Paulo: Lex Editora, 2009.

ROCHA NETO, Ivan. **Gestão de organizações: pensamento científico, inovação, ciência e tecnologia, auto-organização, complexidade e caos, ética e dimensão humana**. São Paulo: Atlas: 2003.

SANTOS, Tania Steren dos. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 120-156. jan./jun. 2009.

SCHERMERHORN JR. John R. **Administração**. Tradução Mário Persona. 8. ed. Rio de Janeiro, LTC, 2011.

SOBRAL, Fernanda Antônia da Fonseca. Novos horizontes para a produção científica e tecnológica. **Caderno CRH (online)**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 519-534, set./dez., 2011.

SOUSA, José Meireles de. **Gestão do comércio exterior: exportação/importação**. São Paulo: Saraiva, v. 4, 2010.

THOMPSON, Arthur A. **Planejamento estratégico: elaboração, implementação e execução**. Editora Pioneira: 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

Pesquisa: Processo de Importação nas Universidades Federais

Prezado, o questionário proposto tem fim exclusivamente acadêmico, direcionado aos funcionários que atuam no processo de importação nas Universidades Federais.

A pesquisa tem por objetivo realizar mapeamento de como é realizado o processo de importação nas universidades federais do país.

As respostas não serão utilizadas de forma que identifique as instituições e funcionários.

Considerando que as questões são objetivas, o tempo estimado para responder é de no máximo 15 minutos.

Sua contribuição é muito importante, favor responder adequadamente, obrigada!

1. Qual universidade federal está inserida o departamento de importação que você atua? _____
2. Sexo do entrevistado?
 Feminino Masculino
3. Idade do entrevistado?
 Até 20 anos 21 a 30 anos 31 a 40 anos 41 a 50 anos 51 a 60 anos
 61 a 70 anos acima de 71 anos
4. Número de funcionários que atuam no departamento de importação?
 1 funcionário 2 funcionários De 3 a 5 funcionários
 De 6 a 10 funcionários Acima de 10 funcionários
5. Quanto tempo que a universidade realiza importação?
 Até 1 ano Acima de 1 ano até 3 anos Acima de 3 anos até 5 anos
 Acima de 5 anos até 10 anos Acima de 10 anos até 15 anos
 Acima de 15 anos até 20 anos Acima de 20 anos
6. Quanto tempo você atua no departamento de importação?
 Até 1 ano Acima de 1 ano até 3 anos Acima de 3 anos até 5 anos
 Acima de 5 anos até 10 anos Acima de 10 anos até 15 anos
 Acima de 15 anos até 20 anos Acima de 20 anos
7. Qual o seu vínculo com a universidade?
 Estatutário Celetista Outros: _____
8. Qual o seu cargo na universidade?
 Administrador Assistente em Administração Auxiliar em Administração
 Contador Economista Professor Técnico em Contabilidade
 Outros: _____
9. Possui função no departamento de importação da universidade?
 Sim Qual sua função? _____ Não
10. Qual a sua escolaridade?
 Fundamental Completo Médio Incompleto Médio Completo
 Superior Incompleto Superior Completo Especialização Cursando
 Especialização Mestrado Cursando Mestrado Doutorado Cursando
 Doutorado
11. Recebeu capacitação/treinamento formal para atuar no setor?
 Sim – responda as questões 11.1. e 11.2. Não

11.1.

A capacitação/treinamento formal foi realizada por qual(is) instituição(ões)?

11.2.

Considera que a capacitação/treinamento formal foi suficiente para o desempenho de suas atividades? Sendo

Concordo Totalmente Concordo Indiferente Não Concordo
 Não Concordo Totalmente

12. A quantidade de servidores é suficiente para o atendimento da demanda no departamento de importação?

Concordo Totalmente Concordo Indiferente Não Concordo
 Não Concordo Totalmente

13. Como é caracterizado no organograma da universidade o grau máximo da atividade de importação?

Seção Setor Divisão Departamento Coordenação Outros:

14. Qual(is) a(s) finalidade(s) de destino das mercadorias importadas que a universidade realiza? (Considerar os últimos 3 anos - aceita mais de uma resposta)

Pesquisa Científica e Tecnológica - Lei nº 8.010/1990
 Ensino - Lei nº 8.032/1990 Outros: _____

15. Qual(is) o(s) tipo(s) de enquadramento adotado pela universidade? (Considerar os últimos 3 anos - aceita mais de uma resposta)

Lei nº 8.666/1993, Art. 24, XXI (Dispensa)
 Lei nº 8.666/1993, Art. 25 (Inexigibilidade)
 Lei nº 8.666/1993, Art. 25, caput (Inviabilidade de competição)
 Outros: _____

16. O desembaraço é realizado na mesma cidade da universidade?

Sim Não

17. O contato com os principais órgãos anuentes é realizado na mesma cidade da universidade?

Sim Não

18. Qual a quantidade média de processos de importação abertos por ano na universidade?

Até 5 processos De 6 a 10 processos De 11 a 30 processos
 De 31 a 50 processos De 51 a 100 processos De 101 a 150 processos
 De 151 a 200 processos De 201 a 250 processos De 251 a 300 processos
 Mais de 300 processos

19. Aproximadamente, qual o volume anual de importação, em valor (dólares dos EUA), realizado pela universidade?

Até US\$ 150.000,00 Entre US\$ 150.000,01 a US\$ 300.000,00
 Entre US\$ 300.000,01 a US\$ 500.000,00
 Entre US\$ 500.000,01 a US\$ 1.000.000,00
 Entre US\$ 1.000.000,01 a US\$ 2.000.000,00
 Entre US\$ 2.000.000,01 a US\$ 3.000.000,00
 Entre US\$ 3.000.000,01 a US\$ 5.000.000,00
 Entre US\$ 5.000.000,01 a US\$ 7.000.000,00
 Entre US\$ 7.000.000,01 a US\$ 10.000.000,00
 Entre US\$ 10.000.000,01 a US\$ 15.000.000,00
 Entre US\$ 15.000.000,01 a US\$ 20.000.000,00
 Acima de US\$ 20.000.000,01

20. Quais são os terceirizados contratados pela universidade? (Aceita mais de uma resposta)

- Agente de Cargas Despachante Seguradora
 Não há terceirizados contratados Outros
21. Qual(is) a(s) modalidade(s) de pagamento adotada(s)? (Considerar os últimos 3 anos - aceita mais de uma resposta)
 Pagamento à Vista Pagamento Antecipado Carta de Crédito Outro: _____
22. Os materiais importados são destinados para qual unidade dentro da universidade? (Considerar os últimos 3 anos - aceita mais de uma resposta)
 Faculdades Hospital Universitário Outros: _____
23. A universidade adota uma margem para variação cambial no processo de importação? (Considerar média dos últimos 3 anos)
 Não Sim, até 10% Sim, de 10,1 até 20% Sim, de 20,1 a 30%
 Sim, acima de 30,1%
24. Qual a origem dos recursos financeiros utilizados pela universidade na importação? (Considerar últimos 3 anos - aceita mais de uma resposta)
 Capes CNPq Finep Recurso Próprio Outro: _____
25. Qual(is) o(s) incoterm(s) Utilizado(s) pela universidade? (Considerar últimos 3 anos - aceita mais de uma resposta)
 FCA FOB CIF CIP CFR EXW Outro: _____
26. Antes de iniciar a importação, é realizado comparativo de compra no mercado nacional e internacional demonstrando as diferenças entre tempo e economia de recurso financeiro? (Considerar os últimos 3 anos)
 Sim Não
27. A interação em relação ao processo de importação com outras universidades federais contribui no desenvolvimento das atividades do departamento?
 Concordo Totalmente Concordo Indiferente Não Concordo
 Não Concordo Totalmente
28. Com qual universidade federal o departamento de importação em que trabalha tem estabelecido maior interação? Caso não se aplique, deixar em branco.
-
29. A universidade realiza importação no nome do pesquisador?
 Sim Não
30. Os pesquisadores da universidade utilizam o "cartão pesquisador"?
 Sim Não
31. A universidade utilizou o Importa Fácil Ciência nos últimos 3 anos?
 Sim Não
32. Na universidade existe normatização/manual sobre o processo de importação devidamente institucionalizado?
 Sim Não Em construção
33. A universidade já realizou exportação?
 Sim Não
34. Qual a principal origem das importações realizadas pela universidade? (Considerar os últimos 3 anos)
 Argentina China EUA Europa Japão Outro: _____
35. Qual a segunda principal origem das importações realizadas pela universidade? (Considerar os últimos 3 anos)
 Argentina China EUA Europa Japão Outro: _____
36. Quais são as principais dificuldades verificadas no processo de importação na universidade em que trabalha?
-

37. Possui sugestões para melhorar o processo de importação na universidade?

ANEXOS

ANEXO I - Média quadrienal da produção científica dos pesquisadores doutores segundo grande área - Censos 2002, 2004, 2006, 2008, 2010

Grande área	1998-2001					2000-2003					2003-2006					2005-2008					2007-2010				
	Artigos completos publicados em periódicos especializados		Trabalhos completos publicados em anais de eventos	Livros e capítulos de livros publicados		Artigos completos publicados em periódicos especializados		Trabalhos completos publicados em anais de eventos	Livros e capítulos de livros publicados		Artigos completos publicados em periódicos especializados		Trabalhos completos publicados em anais de eventos	Livros e capítulos de livros publicados		Artigos completos publicados em periódicos especializados		Trabalhos completos publicados em anais de eventos	Livros e capítulos de livros publicados		Artigos completos publicados em periódicos especializados		Trabalhos completos publicados em anais de eventos	Livros e capítulos de livros publicados	
	Circulação nacional (1)	Circulação internac. (2)		Livros	Capítulos de livros	Circulação nacional (1)	Circulação internac. (2)		Livros	Capítulos de livros	Circulação nacional (1)	Circulação internac. (2)		Livros	Capítulos de livros	Circulação nacional (1)	Circulação internac. (2)		Livros	Capítulos de livros	Circulação nacional (1)	Circulação internac. (2)		Livros	Capítulos de livros
Ciências Agrárias	6.872	2.491	7.100	374	1.451	11.069	3.025	10.602	486	2.019	12.730	5.314	10.468	553	2.612	14.372	6.805	9.596	564	3.159	17.292	9.768	10.635	582	3.795
Ciências Biológicas	3.174	6.894	2.689	184	1.414	6.920	7.853	4.262	302	2.162	6.656	13.371	4.787	372	3.079	7.940	16.348	4.521	427	3.723	9.638	21.099	4.590	485	4.240
Ciências da Saúde	6.526	4.422	3.297	413	2.708	11.681	5.975	4.795	583	4.384	14.276	11.910	5.757	724	6.606	16.360	16.365	5.756	764	7.308	19.507	22.110	5.603	805	7.410
Ciências Exatas e da Terra	2.076	8.558	5.518	185	712	4.402	9.897	7.534	269	1.148	4.165	13.038	8.964	341	1.442	4.934	14.082	9.399	377	1.671	6.126	16.194	9.797	423	2.059
Ciências Humanas	4.191	742	3.408	832	2.634	6.497	1.102	6.283	1.210	4.580	8.959	1.425	11.977	1.577	7.158	10.758	1.729	15.991	1.811	9.326	14.117	2.396	20.262	2.282	12.493
Ciências Sociais Aplicadas	2.045	333	2.967	397	1.040	3.956	610	6.030	720	2.242	5.885	891	10.667	957	3.557	7.128	1.046	12.575	1.080	4.783	9.160	1.431	15.201	1.367	6.367
Engenharias	1.858	3.697	15.080	218	874	3.714	4.648	22.127	311	1.346	4.187	6.794	27.934	391	1.650	5.054	7.743	29.799	425	2.120	6.392	9.890	32.863	523	2.719
Linguística, Letras e Artes	1.283	204	929	244	807	2.130	309	1.555	409	1.410	2.761	368	2.625	530	2.276	3.074	359	3.324	613	2.983	3.888	412	4.262	778	3.742
Todas as grandes áreas	24.005	22.816	34.940	2.504	10.038	41.393	26.475	52.098	3.655	16.157	49.086	41.264	68.713	4.585	23.504	69.620	64.477	90.959	6.060	35.072	86.120	83.301	103.213	7.243	42.823
Total todas as grande áreas	94.303					139.777					187.152					266.188					322.699				

Fonte: Dados do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Acesso em 06/01/2016. <http://www.cnpq.br/web/guest/indicadores1>

ANEXO II - Investimento do CNPq no Fomento à Pesquisa nas Universidades Federais – 2001 a 2012

Instituição	Investimento CNPq no Fomento à Pesquisa (R\$ mil correntes)												
REGIÃO CENTRO-OESTE	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total 2001-2012
UNB	4.483	3.572	3.185	3.456	8.795	6.100	9.048	10.402	7.874	18.259	10.841	12.568	98.583
UFG	820	156	831	2.302	1.889	1.469	4.406	4.840	4.320	5.961	6.779	7.600	41.372
UFMT	435	621	643	1.800	1.388	2.033	2.001	2.863	1.477	4.622	2.063	2.186	22.133
UFMS	185	24	293	1.017	914	376	1.266	1.414	1.128	1.300	1.918	3.003	12.837
UFGD						5	97	760	498	1.174	593	1.461	4.587
REGIÃO NORDESTE	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total 2001-2012
UFPE	5.051	2.732	2.441	6.696	11.257	7.397	16.324	15.565	9.795	19.521	15.548	11.635	123.963
UFC	2.901	1.467	2.578	4.889	4.402	3.367	13.372	11.861	12.176	16.906	6.817	11.879	92.614
UFBA	3.758	2.335	2.061	6.504	4.505	2.938	9.428	8.906	8.715	12.977	5.904	6.549	74.580
UFRN	1.969	1.197	1.348	4.589	3.482	3.817	7.998	5.415	4.690	7.380	5.073	8.092	55.050
UFPB	2.134	1.002	1.596	2.108	2.449	1.260	6.663	3.875	3.855	4.955	3.067	5.512	38.475
UFCG		49	495	1.867	1.785	1.301	4.416	4.481	2.832	3.596	1.947	2.848	25.617
UFALs	877	61	256	1.110	687	775	3.886	3.566	2.324	3.768	2.371	4.184	23.867
UFRPE	489	90	746	1.074	815	572	2.674	2.977	3.084	4.870	3.134	3.180	23.705
UFSE	160	47	383	921	952	554	1.847	1.486	2.564	6.297	2.107	4.001	21.320
UFMA	548	310	428	680	993	356	1.527	1.384	1.152	1.862	778	2.831	12.850
UFPI	141	150	21	765	481	721	1.088	1.365	627	1.386	544	1.772	9.062
UFRB							358	423	607	653	978	970	3.989
UFERSA	108	30	84	37	27	50	305	443	404	664	885	945	3.980
UNIVASF					72	102	411	849	439	315	589	264	3.040
UNILAB	Credenciada em 2010												0
UFCA	Credenciada em 2013												0
UFOB	Credenciada em 2013												0

UFSB	Credenciada em 2013												0
REGIÃO NORTE	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total 2001-2012
UFPA	2.223	1.368	1.823	5.086	2.783	4.056	9.592	5.787	5.243	8.986	5.541	10.137	62.624
UFAM	988	514	1.394	2.013	1.780	3.775	4.412	7.075	2.253	4.957	3.273	3.324	35.758
UFT			100	144	461	421	2.119	1.499	850	1.521	1.109	1.353	9.576
UNIR	20	100	45	489	229	1.044	1.344	1.764	966	1.137	415	799	8.351
UFAC	152	83	106	300	323	147	1.236	579	202	559	214	398	4.299
UFRA	17	30	139	212	210	190	723	385	368	479	468	538	3.759
UFRR	48	190	84	328	348	169	467	699	334	417	122	472	3.678
UNIFAP				8		19	813	753	36	167	235	334	2.365
UFOPA	Credenciada em 2009												0
UNIFESSPA	Credenciada em 2013												0
REGIÃO SUDESTE	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total 2001-2012
UFRJ	13.223	7.825	9.609	9.964	16.843	14.849	28.756	22.926	23.873	30.915	17.670	28.928	225.383
UFMG	5.768	5.117	5.013	5.558	9.364	6.892	17.954	14.355	13.176	16.390	14.227	15.535	129.349
UFV	2.027	1.208	1.338	1.904	2.931	2.601	5.799	6.611	6.388	8.209	3.179	6.581	48.776
UNIFESP	2.312	1.285	1.627	1.099	2.667	6.131	4.290	4.129	4.621	5.005	3.671	3.947	40.784
UFSCAR	2.408	915	1.644	2.056	1.515	1.323	3.329	4.977	3.692	4.316	2.707	4.088	32.970
UFLA	790	452	636	449	912	792	2.171	2.533	5.247	5.972	4.440	2.295	26.688
UFF	1.298	876	1.157	1.823	2.063	1.848	3.938	2.694	1.998	3.388	2.566	2.778	26.426
UFU	534	254	677	1.053	912	815	2.004	2.577	2.158	3.735	2.645	2.505	19.869
UFES	252	508	303	679	454	676	2.015	2.692	2.390	3.429	1.304	2.867	17.569
UFJF	183	204	127	321	382	608	739	658	1.554	1.032	1.324	2.050	9.181
UFRRJ	460	342	551	381	377	319	587	725	759	1.410	859	1.011	7.782
UFOP	247	113	176	166	256	236	539	836	1.046	1.494	691	994	6.794
UNIFEI	703	438	149	636	390	611	330	280	203	224	290	2.023	6.277
UFABC							197	473	468	712	511	700	3.060
UFVJM			100	24	81	59	274	390	428	523	237	261	2.378
UFTM	86	40	96	189	127	142	264	288	319	385	230	59	2.224
UFSJ	30		3	15	58	41	151	184	210	473	404	503	2.072

UNIRIO	60	20	49	279	128	85	148	118	126	298	117	161	1.589
UNIFAL	5				30	53	70	163	94	72	125	805	1.416
REGIÃO SUL	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total 2001-2012
UFRGS	9.162	5.928	8.135	10.807	10.000	8.197	19.249	18.045	18.592	26.711	12.131	16.352	163.309
UFSC	4.265	2.107	2.950	4.040	4.063	3.350	9.194	9.438	8.471	11.298	6.312	10.125	75.611
UFPR	2.121	1.961	2.001	2.721	4.468	3.140	8.516	8.807	6.141	8.421	3.239	9.370	60.907
UFSM	1.082	666	958	1.046	1.708	1.080	3.327	3.005	3.440	4.917	3.755	4.176	29.160
FURG	1.067	784	691	858	750	709	5.251	3.266	2.197	6.443	2.220	4.286	28.521
UFPEL	610	542	1.097	833	1.374	1.184	2.715	2.215	2.580	3.082	3.712	3.079	23.023
UTFPR	141	36	86	653	163	78	418	538	384	1.675	616	1.755	6.543
UNIPAMPA								93	144	174	245	524	1.180
UFCSPA	6	66		7	54	68	70	105	116	226	82	157	958
UFFS	Credenciada em 2009												0
UNILA	Credenciada em 2010												0

Fonte: Elaborado pela autora (2016). Dados do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Acesso em 09/01/2016. <http://www.cnpq.br/series-historicas>